

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL



AS ARTICULAÇÕES DA CISHETERONORMA NA PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DE MENINAS INFRATORAS

MARIANA POZZI JUNGES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

Mariana Pozzi Junges

**AS ARTICULAÇÕES DA CISHETERONORMA NA PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DE MENINAS INFRATORAS**

Porto Alegre

2019

Mariana Pozzi Junges

**AS ARTICULAÇÕES DA CISHETERONORMA NA PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DE MENINAS INFRATORAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

Porto Alegre

2019

Mariana Pozzi Junges

**AS ARTICULAÇÕES DA CISHETERONORMA NA PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE DE MENINAS INFRATORAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Porto Alegre, 22 de Abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Jaqueline Tittoni
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Rafaela Vasconcelos Freitas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

às tristes, loucas ou más
que casa nenhuma define.

gracias

à mi madre que me permitiu estar aqui depois de muitas mãos calejadas, horas não dormidas e cariño trocado.

à porto alegre por estranhamente se fazer casa. ainda não escalei teus prédios nem desliguei o som do caos, mas tenho encontrado chãos de andar descalça, de onde dá pra ouvir os passarinhos dizendo que tem respiro.

às mulheres, todas, que sonham vibram lutam e não se desgarram. evoé e voemos!

aos amores vivos e vividos, em palavra ou gesto, alimento das manhãs de janela se abrindo e das borboletas que sustentam noites em claro.

à bici de anos que me deu - e dá - ventos na cara e ângulos sem freios de uma porto mais alegre.

ao céu e bando de nuvens que passam ligeiras que começam e encerram infinitos ciclos de cores e sonhos e amanhã.

à láis pelo abrigo e colo de todas as horas. girassol que me olha e me mantém nos dias nublados. por ser casa. por tanto que não cabe em tecla, mas cabe em abraço.

à rose por tombar e levantar comigo. pela confiança, entrega e riso largo. pelas mãos que seguram e equilibram. por se fazer leve como pirueta.

ao moser pelos colos em forma de chocolate, pelas idas sempre a retornar, por ser aqui. perto.

à talita pelos passos dados sem pressa. por todo cuidado e afeto que eles deixam quando pisam e por fazê-los dança leve sobre os escombros. gosto de camiñar, correr e bailar com o seu pezinho bem juntinho com o meu.

ao barulho do viaduto da Silva Só. não por ser razão da janela fechada dia-sim-dia-sim, mas por me colocar atenta e grata ao silêncio. minutos preciosos entre às 3:00 e 4:00 da madrugada.

à landa por todo amor que cabe em todos os bons dias e horas iguais que dizem de se saber ali. pela presença tamanha que chega a vencer o tanto de mar que nos separa.

à bru pelo som e pelo sentido. pelos mundos inteiros a caminar y cantar y cambiarlos y cambiarnos. segura que não nos soltamos em ninguna calle, pequena fada.

à jana pela potência da inquietude, movimento&caos aquariano. pelas vísceras. pelas histórias de quando nem te sabia e dizem um tanto de mim. por contagiar riso e suportar meus abraços sem queixa.

ao lucas pelo encontro. pela poesia e pela prosa, pelo silêncio e pelo barulho (dos que meus ouvidos mais gostam), na cidade ou na beira-mar. pelo tempo. (r)existiremos sim. hoje e amanhã.

ao cris que viajou comigo por todas as constelações com farofa. pelo choro musicado e pelo choro soluçado. à brisa e à nós.

ao nico pela crença nas forças que provocam bons encontros. pelo olho bonito que me vê. pela coisa funda bruta e crua da i n t i m i d a d e

ao júnior pelas rugas que vi nascer. pelo tanto de mim que nasceu contigo. a gente cresce juntos. cada dia mais. amo cada fio de cabelo a menos teu e cada novo jeito de rir das mesmas memórias.

à paula que embarcou comigo durante esses anos. em maré alta e maré baixa. que sigamos navegando!

ao NUPSEX e às/aos nupsexies pelas boas discussões e bons drinks. espaço que me leu com olhos dispostos e que li com com zelo. aprendi um tanto com vocês [de metodologias de pesquisa a de sedução - embora sem muito sucesso na última]. um obrigada especial à Cris e ao Ramiro que me deram os braços logo cedo e eu não soltei mais.

à CAPES que permitiu que essa pesquisa acontecesse e sustentou meu alimento e uma casa ao longo de dois demorados e bonitos anos.

ao CASEF pelas portas abertas, especialmente ao Gustavo que estendeu mãos e braços pra que essa pesquisa acontecesse e pela vontade de cambiar saberes e de construir desconstruir e reconstruir práticas.

à luiza que desenhou comigo esses dias-meses-ano-tempo-que-voa e fez dele aquarela de todas as cores.

às adolescentes pelas histórias tão suas que permitiram que fossem, agora, um pouco nossas.

à equipe de limpeza do Instituto de Psicologia da UFRGS e à galera do RU por sustentar o espaço de privilégio da graduação e pós-graduação.

à lilás por me lembrar das transformações que a gente produz no outro mesmo sem querer. por colorir e dar outras texturas à minha pele. vários pequenos arranhões, nesse caso. cê é a coisa-bicha-destruidora mais fofa desse universo.

à música e à poesia, meu brilho do olho mais honesto. por me fazer coração pulsante e faminto pela invenção de sentido. pelo entranhamento. por me tornar escrita e canção.

à dindinha do meu coração que tem sempre um abraço, um colo ou um canto pra dar. que me acolheu na reta final com o coração cheio de amor. hoje e desde que sou genta nesse mundo.

a mim, que mesmo me fazendo outras - algumas tão insuportáveis -, permaneci comigo. aqui, lá e em ondes ainda desconhecidos.

obrigada pela sorte que é dividir o mundo com vocês.

“foi, ainda é, uma aventura tremenda”

matilde campilho

(aquela que me rega os olhos e o coração há anos)

*na parede de um botequim de madri, um cartaz avisa: proibido cantar.
na parede do aeroporto do rio de janeiro, um aviso informa:
é proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem.*

*ou seja
ainda existe gente que canta
ainda existe gente que brinca*

eduardo galeano

RESUMO

A presente dissertação tem como propósito compreender como a cisheteronormatividade se (re)articula nos contextos de privação de liberdade de meninas infratoras e como, nesses espaços, ela é performada em articulação com outros marcadores sociais da diferença como geração, raça e classe. Ao complexificar a análise a partir desse enquadramento teórico, interrogo os modos de inscrição de jovens em um sistema de privação de liberdade a partir de múltiplos caminhos e variados arranjos. Trata-se de uma pesquisa etnográfica desenvolvida no Centro de Atendimento Feminino (CASEF) do RS que, a partir da realização de observações participantes, entrevistas etnográficas e oficinas de produção de história, provocou a construção de cinco narrativas ficcionais de trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei. A análise está disposta em três capítulos. No primeiro, apresento os percursos metodológicos, descrevendo o caminho desde a entrada na instituição até os desdobramentos do campo a partir das atividades desenvolvidas. No capítulo dois, as trajetórias são contadas com atenção aos marcadores sociais de diferença que as atravessam, bem como aos acontecimentos que balizam as histórias, considerando de que modo esses dois registros contribuem para se produzir uma vida mais ou menos precária. Por fim, no último capítulo, a narrativa se acentua e aprofunda, especialmente, no funcionamento institucional e no que pretende a socioeducação voltada a meninas em conflito com a lei. O estudo permitiu identificar a produção de vulnerabilização perante o Estado como não dissociada das exigências de gênero, tendo em vista que a precarização dos corpos é maximizada a partir da sua não conformação às regulações da cisheteronorma. Por causa ou consequência disso, a ressocialização a que se propõe a socioeducação *feminina* é pautada dentro de um regime de feminilização.

Palavras-Chave: **Medidas Socioeducativas; Cisheteronormatividade; Interseccionalidade; Trajetórias de vida.**

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the cis-heteronormativity (re)articulates itself in the contexts of deprivation of freedom of offending girls and how, in these spaces, it is performed in articulations with other social markers of difference as generation, race and class. By complicating the analysis from this theoretical framework, I question the ways of enrolling young people in a deprivation system based on multiple paths and varied arrangements. This is an ethnographic research developed at the Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) in Rio Grande do Sul, which, based on participant observations, ethnographic interviews and history production workshops, led to the construction of five fictional narratives of adolescents' life trajectories in conflict with the law. The analysis is arranged in three chapters. In the first one, I present the methodological paths, describing the path from the entrance to the institution to the unfolding of the field from the developed activities. In chapter two, the trajectories are told with attention to the social markers of difference that cross them, as well as to the events that mark the stories, considering how these two registers contribute to produce a more or less precarious life. Finally, in the last chapter, the narrative is accentuated and deepened, especially, in the institutional functioning and in what socio-education aims at girls in conflict with the law. The study allowed to identify the production of vulnerability to the State as not dissociated from the gender requirements, considering that the precariousness of the bodies is maximized from their nonconformity to the regulations of the cisheteronorma. Because of or as a consequence of this, the resocialization proposed by the female socio-education is based on a system of feminization.

Keywords: **Educational Measures; Cisheteronormativity; Intersectionality; Life's trajectory.**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Seja Feliz!	25
Figura 2 – Oficina de Produção de Histórias	38

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Caminhos metodológicos	24
1.1. Caixa de ferramentas ou Materiais de risco de livre acesso	29
1.1.1. Observações Participantes.....	29
1.1.2. Entrevistas etnográficas.....	33
1.1.3. Oficinas de produção de história	36
1.2. Picotar, remendar e alinhar: fabricação têxtil(u)a de narrativas	39
2. Mesmo antes de nascer sua vida era complicada	43
2.1. Que rua eu pego até o Casef mesmo?	55
Da multiplicidade de acontecimentos que constroem as trajetórias	55
2.2. Precarização da vida e (des)amparos.....	57
2.3. Normas sobre corpo, gênero e sexualidade.....	59
2.4. Marcadores sociais de raça e classe e suas articulações nas trajetórias	62
3. Fiquei de toca e a polícia me prendeu.....	65
3.1. Belas, recatadas e do lar: considerações sobre performatividades de gênero e sexualidades possíveis a jovens encarceradas.....	73
3.2. Dispositivos disciplinares da socioeducação [feminina].....	79
Pelas aberturas dos encadeamentos cor-de-rosa	90
Referências Bibliográficas.....	94
ANEXO 1 - Lista de Siglas e Gírias.....	100
ANEXO 2 - Apresentação das personagens	101
ANEXO 3 - Música – KAILLE	103

Introdução

São 5:30 quando Maia ouve, ainda submersa nos lençóis, sua mãe, Dona Berta, levantar para o trabalho. Passam uns minutos até que ela consiga força para sair dali, mas sabe que suas obrigações de filha a chamam. A mãe voltava tarde da noite. Moram no morro, o dia não demora a começar e também não tem pressa de findar. Beto, seu irmão, estende um pouco mais o sono. Por dois segundos, fica curiosa em saber se as coisas seriam diferentes se seu pai não tivesse abandonado a família na gravidez da mãe. “Esquece, Maia”. Lavar roupas, recolher o lixo, cozinhar, deixar a casa em ordem. Mais um dia normal. Cocaína também era parte normal do seu dia. Por ali não era difícil achar o que quisesse. Aliás, era raro não ter poeirada no rolê. Mas não ousaria pegar o pouco dinheiro da mãe pra comprar seu pó, então roubava.

Enquanto lava as roupas dos meninos que também cumprem medida socioeducativa de internação, desperta das lembranças da rotina de antes que a fazem sonhar acordada. É hora de acordar pra vida real. Lavar roupas, recolher o lixo, cozinhar, deixar a casa em ordem. Mais um dia normal.

Luiza está no corre há tempos. Anda com a mãe para negociar os bagulhos desde que tinha 9. Agora está com 15. O pai, preso. Era muito cedo quando aprendeu que brancos e negros eram diferentes. Não porque quis, mas porque a rua disse. A escola disse. A polícia disse. As cicatrizes na pele denunciavam o sofrimento de uma vida marcada por uma violência iminente, que a atingia de todos os lados, de todos os jeitos. A mãe foi presa também. Tremeu. Nesse momento, sabia que teria de assumir a boca pra sustentar seus outros dois irmãos. Agora, nos 8 meses que se completam desde sua apreensão, eles continuam sendo sua maior preocupação.

É domingo. Gritaria, música alta e um galetto no espeto. Reunião sagrada da família. A maioria muito religiosa ia pra lá depois do culto. Era lá também que Júlia encontrava seu tio Marcos. A camisa sempre pendurada no ombro e um copo de cerveja na mão. Era o tio engraçadão. Menos pra Júlia. “É só um carinho”, lembra dele

dizer quando era muito pequena, mas não sabia o que significava. Foi entendendo o que aconteceu ao passo que crescia. Anos depois, ainda lembrava. Todos os domingos. Sentia no corpo, na pele.

É domingo. Alguns poucos ruídos de conversa em tom baixo sem perturbar o silêncio, sem música e um prato de arroz e feijão. Ao redor, outras meninas, uma mesa de refeitório branca com dois bancos, agentes socioeducativos e alguns outros funcionários. Um dia pronto pela frente. Júlia nunca mais vai encontrar Marcos, mas segue sendo domingo.

Atualmente, está em curso uma proposta de emenda à Constituição – a PEC 171/93 -, que prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Tal proposta vai ao encontro do crescente discurso de ódio dirigido às populações periféricas, majoritariamente compostas por pessoas pobres e negras. Nesse sentido, há lugares específicos de penalizações e punições a esses/essas jovens nesse debate, tal como as Medidas Socioeducativa. Daí, também, a importância de uma imersão nesse campo, especialmente a partir da compreensão dessas medidas como um espaço de construção de corpos.

De acordo com Raniere (2014), o conceito de socioeducação surgiu no Brasil – ou melhor: foi reinventado - por Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo que presidiu a Febem (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) na década de 70, na perspectiva de atender as necessidades pedagógicas de adolescentes que cometiam atos infracionais, promovendo compreensão da realidade e integração social, e superando o caráter punitivo que o trabalho com esse público carregava. O conceito é citado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – pela primeira vez, em 1990, e foi se aproximando gradativamente de se tornar uma política pública voltada a adolescentes em conflito com a lei. Isso significa que o conceito não aparece em nenhuma das diretrizes anteriores ao ECA.

Como aponta Raniere (2014), Antônio Carlos teve influência de Makarenko para pensar na socioeducação. Em Makarenko, entretanto, o significado de educação social, socioeducação, educação socialista, bem como educação para o socialismo, é o mesmo. Tendo isso em vista, Raniere destaca que

[...] no Brasil, a tradição da reforma, explicitamente aplicada no período de Mello Matos, via escolas de reforma, serviço de atenção ao menor, na ditadura militar via fundação do bem estar do menor, e durante a vigência do código de menores através da doutrina da situação irregular adentra ao estatuto da criança e do adolescente através da educação social. Ou seja, paradoxalmente, a socioeducação, conceito oficial da educação bolchevique será utilizada como atualização à utopia correccional, à reforma do ser humano. (2014, p. 103).

Até chegarmos à *socioeducação*, tal como a entendemos hoje no Brasil, muitas outras formas de institucionalização de crianças ocorreram no país. Uma das principais mudanças é que, antes do ECA, não se fazia distinção entre as Medidas Socioeducativas e as Medidas Protetivas. No entanto, Rizzini e Rizzini (2004), em estudo historiográfico sobre a institucionalização de crianças no Brasil, salientam que, já nos séculos XVIII e XIX, havia uma certa demarcação entre a punição/re-educação e a proteção, evidenciada pela existência instituições de recolhimento exclusivas para meninas órfãs e desvalidas, que ficavam sob o comando de religiosos: os chamados asilos ou orfanatos.

Atualmente, as medidas socioeducativas estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dizem respeito a atribuições legais aos e às adolescentes que cometem atos infracionais, redigidas com a intenção de fugir de um caráter punitivo, e mais voltadas a um viés pedagógico. No momento em que a medida socioeducativa é aplicada, ela pode ocorrer em seis condições: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (regime fechado, onde se situam os Centros de Atendimento Socioeducativo - CASEs – em geral, e o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino – CASEF – em particular).

Em vista de trabalhos anteriores nas instituições masculinas de cumprimento de medida socioeducativa, conforme retomarei adiante, interessava-me analisar comparativamente as aproximações e distanciamentos das práticas da socioeducação em uma instituição específica para meninas. Nesse sentido, iniciei empreendendo uma revisão de literatura para compreender a dimensão e os principais interesses dos estudos já realizados nesse campo.

Pode-se dizer que o número de publicações no Brasil sobre relações de gênero e sexualidade no contexto das Medidas Socioeducativas, especialmente nas instituições femininas, ainda é tímido quando comparado com estudos sobre segurança pública, conjuntura familiar, de assistência social, entre outros temas afins

da psicologia nesse mesmo contexto. De um modo geral, são mais frequentes os estudos que se debruçam sobre os contextos de privação de liberdade destinado aos meninos e sobre os chamados “atos infracionais” por eles cometidos, e se situam, em sua maioria, no campo do serviço social e da segurança pública. Ao mapear o conjunto de produções sobre meninas infratoras, Machado e Veronese (2010) apontam para a existência de discussões acerca das políticas públicas voltadas às mulheres em condição de prisão, e ressaltam o fato de que essas políticas não alcançam, da mesma maneira, as adolescentes em conflito com a lei. As autoras destacam, ainda, a discreta produção acadêmica sobre o tema no Brasil. Ademais, salientam que há dados demonstrando a discrepância no cumprimento de medida socioeducativa entre meninas e meninos, decorrente, também - ainda que atualmente com consideráveis modificações -, de uma associação da educação de meninas à preparação para o cuidado do lar e da maternidade. Finalmente, as autoras apontam a escassez de políticas públicas que abordem questões de gênero nesse contexto (MACHADO; VERONESE, 2010).

No que diz respeito ao exercício da sexualidade, Laura Mattar (2008), em artigo sobre a política pública de visita íntima a jovens em privação de liberdade, aponta para o tratamento diferencial dado a essa questão para meninos e meninas. Sua pesquisa foi realizada com jovens do sexo masculino, já que essa política, na época, não se aplicava em unidades de internação femininas. O número bastante reduzido de adolescentes meninas em conflito com a lei - se comparado ao de meninos - e o estereótipo sobre a sexualidade feminina (ou a crença de que a mesma seria ausente) são levantados como os dois principais fatores de composição desse impasse. Além disso, nos estados em que se fez a pesquisa, a política pública de visita íntima é realizada apenas para jovens do sexo masculino que recebem suas companheiras do sexo feminino, excluindo de sua seara também os relacionamentos não heterossexuais. Logo, a autora argumenta que, na implementação dessa política pública, os estados ignoraram o direito à igualdade de gênero e àquela relacionada à sexualidade, o que viola o princípio da diversidade.

Ainda nas produções encontradas nas bases de dados, Barcinski (2012), em estudo sobre as mulheres no tráfico de drogas, argumenta que a dinâmica desses locais reproduz o sistema de gênero vigente na sociedade, mostrando como algumas relações de mulheres nessas circunstâncias se estabelecem como estratégia para obtenção de visibilidade social feminina, já que, quando aparecem, não raramente

estão à sombra de uma figura masculina. Ocupar um lugar tradicionalmente reservado aos homens - como o tráfico de drogas - possibilitaria à mulher a saída da imperceptibilidade naturalizada de seu percurso.

De modo geral, as explicações para a diferença entre as taxas de criminalidade feminina e masculina se justificam pelo entendimento de que a mulher é naturalmente dócil, passiva e menos propensa à violência (BARCINSKI, 2012). Dessa forma, Morgan e Fuchs (2016) afirmam que as adolescentes em conflito com a lei são expostas a uma dupla reprovação e culpabilização, já que há uma insatisfação decorrente da prática do ato infracional e outra no sentido de não terem desempenhado seus papéis de mães, irmãs e filhas como se esperava. Essa ideia é reafirmada por Rita Salmasso (2004), em artigo estudando a criminalidade e condição feminina com presidiárias adultas de Marília-SP, quando diz que

[...] a notável baixa incidência de criminalidade feminina em relação ao homem se colocava como um mero reflexo da vida social em que ambos se inserem, ou seja, o homem, por natureza, fazia questão de exteriorizar seu papel de dominador, que pode utilizar a prostituição, de ter uma amante sem prejudicar sua relação matrimonial, enquanto que a mulher foi criada para assumir papéis prescritos na sociedade e para “reinar” em seu lar. (p. 28).

Nesse campo mais restrito de trabalhos que se dedicam às instituições voltadas às mulheres, destaca-se a dissertação de Rochele Fachinetti (2008) que toma também como contexto de sua pesquisa o CASEF-RS, mais conhecido como “Casa de Bonecas”. A autora aponta que as razões pelas quais o CASEF é assim chamado se devem à clientela que atende - meninas - e pelo tipo de atendimento que desenvolve, o qual se assemelharia à brincadeira que o nome sugere - realização de atividades domésticas, especialmente. Ela foca no que chama de “processos de socialização primária e secundária” das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação para, a partir disso, elaborar o perfil das jovens e compreender como vivem na instituição e em relação à medida que estão cumprindo. No decorrer do texto, a autora faz uma análise dos mecanismos de controle social exercidos pelo Estado através da sociologia da conflitualidade, e conclui que esse controle não atua somente na “seleção” das condutas para o ingresso no sistema, mas perdura durante a internação das adolescentes através de uma configuração que oferece um atendimento específico destinado somente às meninas, visando conformá-las a padrões socialmente aceitos.

Joana Duarte (2016), em dissertação sobre as experiências sociais das adolescentes do CASEF, aponta que, junto com a restrição da liberdade, outros tantos direitos se perdem, tornando esvaziado o conceito de cidadania para essas jovens. Além da proposta socioeducativa, por vezes, convergir com o modelo prisional, de acordo com a autora, apesar da lei que estabelece o SINASE privilegiar a questão das medidas socioeducativas e a garantia de direitos específicos, ela não reconhece a privação de liberdade como um espaço também destinado às adolescentes. Nesse sentido, a política socioeducativa contribui na manutenção da seletividade estrutural penal e na invisibilidade de gênero.

Em se tratando de questões de gênero e sexualidade dissidentes da norma no âmbito da segurança pública, Guilherme Gomes Ferreira (2014) disserta sobre a ala das travestis no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). A constituição das travestis nesse local, conforme refere o pesquisador, é feita de carne, osso e gênero, tendo em vista que a prisão confere a esses corpos formas de controle diferentes das que tinham vivenciado até então. A criação de uma ala específica se configura como um modo de enfrentamento organizado pelas próprias travestis em vista de uma maior proteção institucional às violências sofridas nas alas comuns. Ao mesmo tempo, elas não têm acesso à educação e ao trabalho; sofrem transfobia repetidamente dos mais variados lugares dentro da instituição; têm uma regulação do comportamento muito mais vigorosa; têm um alto índice de abandono familiar; dentre outras opressões que não as deixam esquecer que a violência, produzida a partir dos desvios que fazem das normas de gênero e sexualidade nas quais estão inscritas, reconfigura-se pelos mais diversos espaços em que circularem.

Levando em consideração a literatura científica no campo das relações de gênero e sexualidade - bem como suas intersecções com outros marcadores - no contexto das Medidas Socioeducativas, fica evidente que ainda existem muitas lacunas sobre o tema e que poderiam ocupar mais espaço na produção de conhecimento e nos interesses sociais. As casas de detenção são em geral lugares onde poucos querem entrar, onde habitam vidas tidas como perigosas e marginais, as quais, são, reiteradamente, analisadas a partir da sua relação com o crime, e, mais dificilmente, vistas como vidas com possibilidades outras de associação. Esse é um campo que carece de produções que se preocupem em não seguir na reprodução da constante negação de diversos modos de existência. Por isso, escrever sobre essas vidas é também uma busca por processos inventivos de resistência e por dispositivos

que sirvam para que desconfiemos, continuamente, das identidades que nos são postas, do reconhecimento de gênero e sexualidade que a cisheteronormatividade nos sugere, dos lugares nos quais aprendemos a nos encaixotar, enfim, das imposições e governamentos que nossos corpos sofrem repetidamente.

Em tempos de repúdio a diferentes formas de manifestação do gênero e da sexualidade, bem como a distintas formas de existência não-normativas, é relevante que pensemos na construção do corpo como analisador das relações do sujeito com o mundo. A partir disso, apresenta-se um leque de possibilidades de inscrição de um corpo: uns, como corpos que importam, e, outros, que importam menos ou que não importam.

As histórias ficcionais com as quais introduzi a presente dissertação foram criadas a partir de elementos recortados de diferentes relatos e situações vivenciadas em meu processo de inserção no CASEF-RS - campo no qual a pesquisa foi desenvolvida -, durante o período em que realizei observações dos Grupos Operativos que lá acontecem, conforme retomarei adiante. Construí três vinhetas, três recortes de histórias, com trajetórias diversas. Em comum, o fato de que remetem a experiências de jovens detidas por terem cometido o que é judicialmente definido como um “ato infracional” e que ingressaram, a partir desse ato, em uma instituição total. A partir de cada um desses recortes, outros caminhos podem ir se traçando. Alguns, como a inscrição nas medidas socioeducativas, não estavam, eu arriscaria dizer, exatamente nos planos, ainda que, em determinadas trajetórias, isso também não se inscrevesse fora do campo de possibilidades.

Antes desse período de inserção no CASEF, que teve início em março de 2017, em minha história está presente o “Socioeducação (En)Cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro”¹, projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde aconteceu meu primeiro contato mais concreto com as medidas socioeducativas. O projeto tinha como objetivo criar condições de possibilidade para a produção de territórios existenciais² a adolescentes em cumprimento de Medidas

¹ O projeto estava sob a coordenação do Profº Doutor Édio Raniere, do curso de Psicologia, e era vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel. Foi contemplada com uma das duas bolsas que o projeto recebia, a datar do início das atividades do (En)Cena (2015) até que meu vínculo com a UFPel terminasse (2016).

² A noção de território é entendida a partir de Guattari e Rolnik (1986) quando dizem que “[...] os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa” (p. 323).

Socioeducativas, bem como a egressos do sistema socioeducativo. A metodologia era pautada pela abertura permanente aos processos inventivos, sendo criada e recriada a todo o momento. O trabalho era desenvolvido por uma equipe interdisciplinar composta pela comunidade acadêmica da UFPel - estudantes de Psicologia, Teatro, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Dança, etc., bem como professores dos cursos de Psicologia, Terapia Ocupacional e Educação e servidores -, por uma rede socioeducativa - servidores das instituições envolvidas -, bem como por adolescentes (todos meninos) em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou egressos e pela comunidade de modo geral. O que se procurava era um trabalho socioeducativo pautado na arte - mais especificamente no teatro – como alternativa ao conjunto de ações fundamentado pela ética deontológica³.

O projeto sustentava como perspectiva a possibilidade de desenvolver projetos existenciais financiados pelas artes, além de buscar uma produção que não reduzisse as experiências dos jovens às infrações legais. Em um primeiro momento, foi realizado um processo de formação do grupo de extensionistas através de oficinas teóricas (imersão nos debates acerca das medidas socioeducativas, educação libertária, etc.) e práticas (circo, manipulação de objetos, perna de pau, confecção de máscaras, street dance, teatro, etc.). Em seguida, o grupo realizou um convite cênico nas instituições em que os adolescentes estavam tutelados para saber do interesse dos meninos em participar do projeto. A partir disso, outras oficinas artísticas foram realizadas, então em conjunto com os adolescentes e profissionais da rede socioeducativa - que utilizaram a ambiência do (En)Cena também como espaço formativo. Desse grupo surgiu, mais tarde, um espetáculo chamado “Dedo no interruptor não acende lâmpada”, que foi apresentado a toda a rede socioeducativa de Pelotas (profissionais das unidades socioeducativas - dos meios abertos e fechado - e do Juizado da Infância e da Juventude), bem como aos familiares dos adolescentes, com convite estendido à população de forma geral. O projeto contemplava a situação das medidas voltadas a meninos de 12 a 18 anos.

Também no Socioeducação (En)Cena, encontrávamos algumas barreiras no acesso às meninas, já que aquelas que precisam cumprir medida de internação em estabelecimento educacional são deslocadas para Porto Alegre, única cidade do estado que possui um CASEF. Isso fez com que as perguntas relacionadas às

³ Do grego, deonta - dever e logos - razão. Uma ética do dever ser.

relações de gênero e à sexualidade que se colocavam para as meninas em privação de liberdade e que me interessavam, naquele momento, tivessem que aguardar.

Bem antes disso, contudo, já entendia como, desde a cisheteronorma, as mulheres são posicionadas em lugares muito específicos, que vinculam o corpo a uma determinada identidade e que regulam os modos de expressar o gênero e a sexualidade. Viviane Vergueiro, em entrevista com Ramirez (2014), alude a cisgeneridade e a cisnormatividade a partir de três eixos: a pré-discursividade, o binarismo e a permanência. A partir deles, os gêneros são classificados como naturais ou não. Dessa maneira, a cisheteronormatividade pode ser entendida como uma matriz de inteligibilidade que impõe a cisgeneridade – identificação com o sexo ao qual se é designada/o ao nascer - e a heterossexualidade como uma norma, naturalizando-as e universalizando-as. A partir dessa norma, o corpo é sexuado desde uma distinção binária homem/mulher – categorias tomadas como opostas e complementares -, das quais se espera que expressem seu gênero e sua sexualidade de modos específicos que serão considerados também como da sua essência. Tal regulação recai, também, sobre o meu próprio corpo: o corpo de uma mulher cisgênera que está situado em contestação com a norma heterossexual. Daí surgem variadas ramificações acerca de como ele é reconhecido socialmente e devolvido a partir das formas que toma, das relações que estabelece e dos lugares que ocupa.

Nesse sentido, é no encontro entre a minha história, a minha circulação nas instituições que citei, e as histórias das meninas que conheci no CASEF, ou seja, entre aquilo que me foi permitido viver, acompanhar, escutar, observar, que se fez a presente pesquisa. Ela se debruça sobre o modo como um dispositivo de privação de liberdade gerido pelo estado - especificamente uma medida socioeducativa - performa, articuladamente, gênero, sexualidade e juventude, tendo como campo empírico o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) do RS⁴.

A pesquisa tem como um de seus operadores conceituais fundamentais a noção de categorias de articulação (BRAH, 2006) que, de modo amplo, supõe a análise de diversos marcadores sociais de diferença na compreensão das trajetórias de vida dos sujeitos e as vulnerabilidades que atravessam diferencialmente suas

⁴ Como explicitado por Santos et al (2011, p. 125), o CASEF é tido como referência no país pelo atendimento que oferece, incluindo no seu quadro profissionais da assistência social, psicologia, odontologia, educação, assistência jurídica, psiquiatria, recreação, entre outras. Na IV Caravana Nacional de Direitos Humanos, inclusive, realizada em 2001, o CASEF foi apontado como a melhor unidade visitada em todo o país.

experiências, posicionando-os, também diferencialmente, como sujeitos. Nesse sentido, também penso, a partir de Judith Butler (2012), em como esses marcadores contribuem para a maximização ou minimização da precariedade de uma vida.

Outro eixo conceitual importante para o estudo é o que toma as relações entre “lei” e “norma”. Butler (2014), seguindo as análises de Foucault, distingue uma norma de uma regra ou lei, indicando que a primeira funciona a partir de práticas sociais que, em algum grau, produzem e reiteram padrões de normalização. A lei, em contrapartida, é indicada enquanto uma instância empírica que constitui um dos instrumentos legais pelos quais se regula a “normalidade”, como se fosse um dos modos de corporificação da norma (BUTLER, 2014).

Nesse seguimento, a autora entende a performatividade como uma prática reiterativa e citacional através da qual o discurso produz os efeitos que nomeia, como poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange. Por isso, também me apoio em Foucault (2004) que entende o discurso como um dispositivo de controle, limitação e validação de poder situado em temporalidades e grupos diversos. De acordo com o autor (2004), ele - o discurso - opera como uma rede que se conecta a outros discursos, e, dessa forma, ao mesmo tempo que registra também produz os valores sociais.

Essa pesquisa busca compreender como a cisheteronorma se (re)articula nos contextos de privação de liberdade de Maias, Luizas e Júlias, e como, nesses espaços, ela é performada em articulação com outros marcadores de diferença como geração, raça/etnia e classe. Ao complexificar a análise a partir desse enquadramento teórico, interrogo os modos de inscrição de jovens em um sistema de privação de liberdade a partir de múltiplos caminhos e variados arranjos, que não estabeleçam, necessariamente, uma vinculação da figura feminina a uma masculina sob a forma de submissão e/ou dependência, como frequentemente encontrado na literatura específica sobre o tema, conforme demonstrei anteriormente.

A dissertação está dividida em três capítulos. No que segue, apresento os percursos metodológicos, descrevendo o caminho desde a entrada na instituição até os desdobramentos do campo a partir das atividades desenvolvidas. A partir de elementos que se apresentaram ao longo de toda a pesquisa (observações, entrevistas, oficinas), produzo, então, cinco narrativas de trajetórias de vida de adolescentes infratoras. A ficção é tomada aqui no sentido de permitir a multiplicação das relações possíveis com o mundo, habitando o tempo do devir e da criação

(COSTA, 2014). No capítulo dois, essas trajetórias são contadas atentando aos marcadores sociais de diferença que as atravessam, bem como aos acontecimentos que balizam as histórias, analisando de que modo esses dois registros contribuem para se produzir uma vida mais ou menos precária. Por fim, no último capítulo, a narrativa se acentua e aprofunda, especialmente, no funcionamento institucional e na socioeducação voltada a meninas em conflito com a lei.

1. Caminhos metodológicos

Primeiro dia. 6:30. Tá na hora. Descobrir qual é o ônibus e ir pra parada. Até a hora de descer deu meia hora. Puts, pra qual lado fica? Cercada de morros e vielas, chão batido, cachorros latindo, alguns amontoados de lixo de um lado, casas humildes. Às vezes a bolha da universidade branca de classe média explode. Pergunto para um e para outro e ninguém sabe me dizer onde fica a rua que eu procuro. Sigo andando e me dou conta que já estou nela. Olho para a frente e aparece um daqueles morros que a gente perde o fôlego antes mesmo de subir. Na metade da escalada vejo um carro descendo aquela estrada reta e íngreme vindo na minha direção. Estranhei. Chegava cada vez mais perto e eu, já com uma falta de ar característica do sedentarismo precoce dos vinte e poucos, fui armando as saídas que minha condição permitia. O carro parou e um rosto com a puberdade denunciada pelas espinhas apareceu no vidro baixo.

- Oi. Tá perdida?
- N...não.
- Ah, é que te vi lá embaixo pedindo informações...
- Ah... é, mas já me achei rs.

Na hora, nenhum pensamento conseguiu se produzir na minha cabeça além de que eu queria chegar logo e me sentir segura. Depois de respirar me dei conta de como essa situação dizia, justamente, do objetivo de eu ter levantado tão cedo naquele dia. Respirar e se sentir segura. Parece o desejo de todos os dias das mulheres. E eu estava indo fazer o quê? Saber como é ser mulher/menina nos regimes de privação de liberdade. Como é que se produzem (se produzem?) espaços de respiro e resguardo numa instituição de segurança pública a corpos de meninas ainda cobertos de espinhas?

Precisava chegar lá para descobrir. A vista é de um portão de ferro grande sem frestas e uns policiais que conseguem espiar a rua por cima dele. O panóptico, pensei.

- Sim?
- Oi, eu faço uma pesquisa de Mestrado aqui...
- Aqui onde?
- No CASEF.
- Qual é seu nome? E documento por favor... [enquanto discava uns números no telefone]

- Mariana.
- De onde dona Mariana?
- Da UFRGS.

Confirmada a minha entrada, fui até lá. Abriram o cadeado da porta e aguardei no sofá que fica na recepção. Uma mesa espaçosa de madeira maciça ao centro, do lado esquerdo um armário de aço daqueles de vestiário com chaves, uma planta, um banner com orientações do que as visitas podem ou não vestir e comidas que podem ou não levar para as adolescentes, e, à direita, um espelho horizontal acima do sofá. Na parede atrás da mesa, um adesivo grande chama a minha atenção:

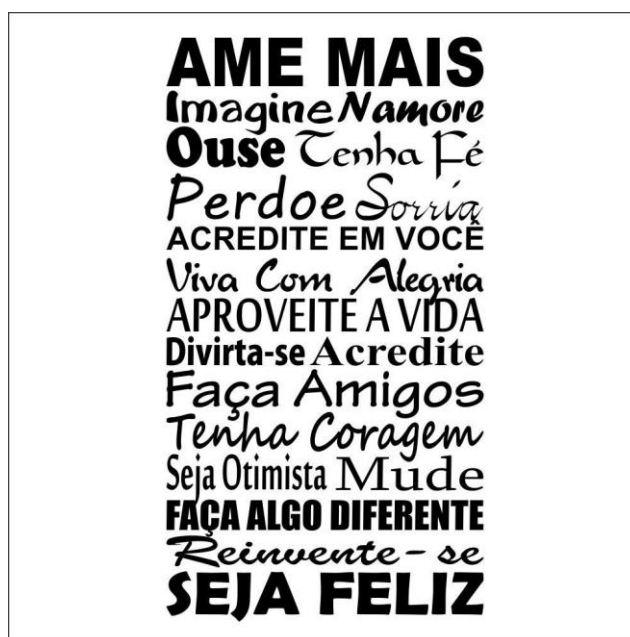


Figura 1 – Seja Feliz!

Mais tarde, perceberia como os pequenos sinais denunciavam um *modus operandi*, marcado por um imperativo moral, segundo o qual é difícil pautar as condições de possibilidade de “amar mais”, “perdoar”, “sorrir”, “divertir-se”, “ser otimista”, “ser feliz”, sem harmonizá-las com outras: “seja uma mulher respeitável”, “seja uma boa menina”.

Nessa primeira parte da Casa, ficam as salas da administração e funcionários. À direita, uma sala grande onde trabalham a advogada, assistentes sociais, técnico em recreação, psicólogos e pedagoga, e, perto dessa, uma sala administrativa. À esquerda, um corredor comprido que comporta várias salas do lado esquerdo, cadeiras do lado direito e uma janela que dá para o pátio das meninas *com medida*

de Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). A primeira dessas salas é a sala da chefia de equipe, agentes socioeducadores/as (ASEs) que coordenam os grupos de outros ASEs dos diferentes turnos. É também onde são monitoradas as câmeras. Depois, seguem as salas da direção, do procedimento de revista, de reuniões, do médico (assim mesmo, no masculino), de atendimento odontológico, e a enfermaria. Entre a recepção e o corredor, bem em frente à sala da chefia de equipe, fica um corredor dividido pela primeira das poucas grades de ferro e que nos leva ao interior da Casa.

A Casa é dividida em: a) um grupo de *Internação Provisória* (IP/G1), onde as adolescentes ficam quando ingressam na casa e permanecem até a audiência de definição de Medida com prazo máximo de 45 dias; b) um de *Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa* (ISPAE/G2); c) um de *Internação Com Possibilidade de Atividade Externa* (ICPAE) e ; d) o Berçário, onde ficam as crianças em período de amamentação junto com suas mães. Esses grupos dividem as tarefas nos seus próprios espaços. Cada um possui seus próprios dormitórios, banheiros, cozinha, sala e refeitório. Não se vê grades e ferro por todos os lados, nem toda a gente trancada nos quartos. Pelo contrário, sempre há circulação. As paredes são bem pintadas (em sua maioria, de rosa). Nas salas, uma televisão, poltronas, uma estante com jogos. Cada coisa em seu lugar, tudo limpo e organizado. Plim, plim, plim. Tal como uma “casa de bonecas”⁵. No subsolo, ficam a lavanderia, um salão grande usado para eventos em geral, a biblioteca, a escola e o pátio - cercado por um muro alto. A estrutura comporta, no máximo, cerca de 49 jovens.

Nesse primeiro dia, acompanhei uma moça - mais além eu descobriria que era uma das assistentes de direção - a um dos Grupos Operativos (GO) que acontecem todas as manhãs das quartas-feiras. O GO se pretende um espaço de escuta: é onde as adolescentes podem expor as coisas que acontecem na casa, a princípio sem muita censura. Mediadas por um/a psicólogo/a e mais duas pessoas da equipe (alternando entre chefia da equipe dos ASEs, assistente social, recreador, advoga, etc.), relatam as desavenças, tanto em relação às demais adolescentes quanto em relação às/aos ASEs. Trata-se, portanto, também, de um espaço de resolução de conflitos, com regras de proibição de agressão física e verbal explícitas. Ter a palavra como instrumento para esse fim parece ser inédito a muitas dessas jovens.

⁵Expressão retirada da dissertação de mestrado intitulada “A “casa de bonecas”: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminino no RS”. (FACHINETTO, 2008)

Ao mesmo tempo, o GO atua como um “termômetro da casa”⁶, constituindo-se, sobretudo, enquanto dispositivo de controle. É ali que os/as funcionários/as tomam conhecimento das divergências, de quem são as porta-vozes, de quais adolescentes não estão em harmonia com as normas da Casa, e quais, por outro lado, estão dispostas a colaborar - não raramente através da denúncia de outra(s) adolescente(s). Por consequência, muito em função desse espaço, a equipe avalia as possibilidades de aproximações ou de precaução e vigilância, inferindo quais podem ser suas “aliadas” e quais oferecem risco ao funcionamento institucional.

Entramos na sala. Alguns olhares curiosos sobre um corpo diferente ali que não era nem de uma adolescente nem de uma funcionária. É incrível como mesmo o silêncio movimentava. O primeiro contato mobiliza. Dar rostos à pesquisa, à vontade de pesquisar, à vontade. Eram cerca de 8 (oito) meninas sentadas em roda numa sala pequena, com uma mesa branca de refeitório não muito grande. Um agente socioeducador fazia o registro do GO numa ata e outros 3 (três) funcionários coordenavam o grupo. Sempre há uma lista de pautas, previamente estabelecidas pelas adolescentes. Antes da lista, fui apresentada brevemente. As pautas variavam de pedidos de liberação de dinheiro, solicitação de atendimento técnico ou material de risco⁷, a problemas com outra(s) adolescente(s). Cada uma fala no momento em que sua pauta é mencionada. Se outra deseja se pronunciar sobre o mesmo assunto deve levantar a mão e aguardar o término das outras falas. Terminadas as pautas, cerca de uma hora depois, a equipe que coordena o grupo faz um Pós-GO. Nesse espaço, são discutidos os encaminhamentos, liberações (de dinheiro, material, ligações, etc.) e questões relacionais do grupo que, por algum motivo - atritos entre as adolescentes ou com funcionários/as, algo que a equipe tivesse que avaliar internamente ou que pudesse expor alguém a uma situação constrangedora ou de sofrimento -, não podem ser tratadas na frente das adolescentes.

Já era hora de descer o morro. Tinha se produzido afeto em mim. E me perguntava quais seriam as impressões e sensações delas sobre essa estrangeira que agora dividia com elas uma sala e ouvia sobre suas vidas. Durante o período de

⁶Expressão retirada de uma entrevista com uma assistente social do CASEF, realizada na pesquisa “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões” (BRASIL, 2015, p. 73).

⁷Quaisquer materiais que tenham potencial para ferir, como talheres, lâmpada, tesoura, agulha, etc. A adolescente só tem acesso ao material de risco após um período de avaliação em que recebe pareceres positivos em relação ao seu uso. Enquanto isso, faz suas refeições com talheres de plástico.

inserção, várias negociações foram acontecendo aos poucos. O GO foi o primeiro espaço aberto pela Casa que eu pude acompanhar. Outros, como as reuniões semanais da equipe, não me foram acessíveis.

A descrição acima narra minha primeira ida ao CASEF sozinha e fornece algumas pistas sobre como fui fazendo um reconhecimento desse espaço que constitui o campo empírico desta pesquisa. Antes disso, foram feitas negociações com a instituição para a entrada em campo contando, inclusive, com uma visita acompanhada por minha orientadora. Nessas situações, solicitaram, num primeiro momento, uma apresentação breve do projeto de pesquisa para autorização de uma entrada prévia no campo. Passados alguns meses, após a banca de qualificação e aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de psicologia da UFRGS, encaminhei à FASE, de acordo com as regulações de pesquisa específicas da instituição, o projeto final. Após o envio, o trâmite burocrático foi demorado e circulou por diversas instâncias da FASE, além de envolver negociações feitas através de e-mails, conversas pelo WhatsApp e reuniões presenciais.

Além de situar o modo como iniciei meu contato com o CASEF e minhas primeiras impressões, este capítulo tem por objetivo apresentar por quais caminhos metodológicos essa pesquisa se movimentou. O percurso metodológico será apresentado a partir das ferramentas acionadas na pesquisa - observação participante, entrevistas etnográficas e oficinas de produção de história. Finalmente, encerro o capítulo com uma síntese das histórias que acompanharão as análises e que foram criadas a partir do material de campo.

A pesquisa foi feita utilizando o método etnográfico que, de acordo com Sato e Souza (2001), está fundamentado na observação participante e na constância de registros das ações cotidianas nos locais onde estão sendo realizadas as pesquisas. A etnografia se ancora nas relações cotidianas, no sentido de recuperar características da história particular e das relações sociais e culturais que a entornam. Isso significa dizer que o método etnográfico se preocupa em integrar as observações do campo com as informações que dizem respeito a ordens sociais externas a esse meio. Desse entendimento, não se realizam estudos de caso, mas estudos sobre casos (SATO; SOUZA, 2001). A aposta é que, a partir da etnografia, sejamos tensionados aos questionamentos e enfrentamentos necessários às demandas do processo de pesquisa, além de procurar produzir um movimento atento à produção e reiteração de hegemonias, heteronomias e ortodoxias que constroem a subjetividade

em processos que definem e hierarquizam a diferença, bem como as zonas de abjeção e precariedade, de forma mais ou menos dinâmicas.

1.1. Caixa de ferramentas ou Materiais de risco de livre acesso

1.1.1 Observações Participantes

A observação participante tem por característica a regularidade da presença nas rotinas do grupo a ser pesquisado (RODRIGUES DE SOUZA, 2014), bem como a participação nas atividades cotidianas conforme a aceitação das pessoas (DE OLIVEIRA, 2015). Além disso, como sugere Lima et al (2010), os dados podem ser descritos a partir de narrativas ou história de vida, mas com atenção especial a um dos principais pilares da etnografias que é a descrição densa e contextualizada do objeto de pesquisa.

Realizei observação participante semanalmente nos GOs, com o intuito de compreender a dinâmica do CASEF e especificidades desse contexto. As observações nos GOs foram realizadas de março de 2017 a março de 2018 nas quartas-feiras, no período da manhã. Além desse espaço, também acompanhei alguns atendimentos e audiências das jovens internadas, bem como circulei na casa durante esse tempo, com a frequência de aproximadamente duas vezes por semana, período durante o qual pude acessar a maioria das atividades da Casa - G.O.s, reuniões, atendimentos, festas, recreação, palestras, período de visitas, etc.

Acompanhei, principalmente, as atividades orientadas ou com participação do psicólogo, mas também conheci a advogada, assistentes sociais, agentes socioeducadores/as, o técnico em recreação, chefes de equipe, bibliotecária, professores/as, diretoras e assistentes de direção. Vale ressaltar que, durante a minha aproximação do CASEF, houve alteração na direção e outra pessoa passou a ocupar o cargo.

Na chegada à instituição, mesmo depois de passado um ano de inserção em campo, era sagrada a apresentação do RG à equipe de segurança, junto ao portão grande da entrada - tinha passagem livre apenas quando eu entrava com o psicólogo. Depois, apresentava novamente o RG na recepção, informando qual o motivo da visita. Inicialmente, não houve um acompanhamento muito guiado. Mais tarde, resultante de uma afinidade que foi sendo criada com o profissional da psicologia, a

rotina, durante o período de observação participante, passou a compor, majoritariamente, os espaços em que ele se envolvia.

Nos G.O.'s, cada grupo respondia de modos diferentes a minha presença. Nos primeiros acompanhamentos do G2, não fui apresentada às adolescentes. Senti o desconforto em mim e nelas até que, na terceira ida, ainda quando se ajeitavam nas cadeiras, uma adolescente inquieta interpela: "*Quem é ela?*". A equipe, surpresa com o esquecimento, pediu, então, que eu me apresentasse. Depois disso, seguidamente faziam intervenções a mim ou à minha presença. Noutra dia, por exemplo, a equipe realizava uma dinâmica com a técnica psicodramática de inversão de papéis - onde o personagem inverte seu papel com os egos-auxiliares - para que conseguissem visualizar de outras perspectivas uma mesma situação: uma suspeita de roubo pelo desaparecimento de um creme e escova de cabelo. Em sua maioria, as adolescentes estavam enfurecidas com essa situação. Todas elas se colocaram no lugar de quem, hipoteticamente, teria roubado e relataram como agiriam nessa situação. Ao final, vários apelos para que eu também participasse do jogo, o que me interessava também, mas a equipe, provavelmente com intenção de evitar constrangimento ou de se proteger de um discurso contraproducente, desviou a atenção dos pedidos. Enquanto isso no G1, como havia maior rotatividade do grupo, já que todas as adolescentes que chegam ficam nesse grupo, as apresentações eram semanais. Cada uma dizia o seu nome, sua idade e de onde vinha. As pessoas da equipe diziam seus nomes e suas funções dentro da instituição. Eu dizia meu nome, que era da área da psicologia e estava ali acompanhando os G.O.s porque estava fazendo uma pesquisa, e, em seguida, pedia permissão às adolescentes para ocupar aquele espaço - que era delas.

Desde a minha chegada até o final da etnografia, tanto a relação com a instituição quanto com as adolescentes foram se modificando. De um modo geral, o tempo contribuiu para que elas se abrissem. Em um acompanhamento de atendimento com o psicólogo, essa abertura se mostrou mais explicitamente quando o psicólogo saiu da sala por alguns minutos em busca de um documento e a adolescente iniciou um relato sobre as suas vivências antes da entrada no CASEF. No retorno do psicólogo, ela pediu a ele que a deixasse por mais uns minutos a sós comigo porque tinha que conversar sobre "coisas de guria"⁸.

⁸ Nessa ocasião, o tema que emergiu foi o relato de um abuso, que a interlocutora categorizou como "coisas de guria". Deste modo, esse relato é também um sinalizador de questões de gênero, já que

Logo, nessas idas, outros elementos institucionais iam tomando forma e sendo compreendidos. Diferente das casas masculinas, não há tempo livre no dia-a-dia do CASEF. As adolescentes não podem dormir durante o dia, então estão sempre ocupadas com alguma atividade. Existe uma rotina de faxina, onde há um certo revezamento, e da qual, conforme a atividade, as meninas que não têm acesso ao material de risco não podem participar. As adolescentes fazem a limpeza de toda a Casa, desde os seus quartos e banheiros, até as salas das equipes, da direção e escola. É uma rotina obrigatória. Em um dos GOs, inclusive, a faxina foi pautada porque as adolescentes expuseram que não tinha dado tempo de terminá-la no dia em que deveriam, ao passo que a equipe respondeu que “não existe não dar tempo” e que, se fosse o caso, poderiam usar o sábado para isso.

A escola, que está dentro do CASEF, funciona nos três períodos - manhã, tarde e noite - dividida em turmas seriadas. Em turnos diferentes da escola, a adolescente tem a possibilidade de se inserir em um curso profissionalizante através do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), realizar um estágio se em ICPAE, participar do horário de leitura na biblioteca da Casa, participar do Ceconp (Centro de Convivência e Profissionalização), de oficinas de pintura e artesanato, ou trabalhar em outros projetos remunerados. Um desses projetos remunerados é a lavanderia. As adolescentes que participam desse projeto lavam não só toda a roupa que é suja no CASEF, como de todas as Casas masculinas da Fase de Porto Alegre. Outros projetos convertem o dinheiro ganho para a própria Casa, como o Projeto Lanche, para o qual, tal como o Projeto Lavanderia, é preciso de um determinado perfil para poder participar, já que nele as meninas manuseiam utensílios de cozinha - entendidos pela Casa como materiais de risco. As adolescentes preparam lanches para vender nos dias de festa ou visita de familiares, e o que recebem é destinado a melhorias estruturais, como comprar uma TV ou um ar-condicionado, por exemplo.

Às onze e meia da manhã o almoço é servido para as adolescentes. Depois, seguem as atividades: ir à escola, ao curso profissionalizante, às oficinas, aos projetos, à biblioteca, e assim por diante. O mesmo vale para o turno da noite. Há um intervalo no fim da tarde, quando as adolescentes podem assistir televisão. O dia mais atípico é a quarta-feira, quando acontecem os GOs pela manhã, e, no período da

sugeri que existem temas que são mais ou menos compartilhados a depender de quem os escuta e, nesse caso, o fato de eu ser uma mulher vetorizou essa abertura.

tarde, as visitas dos familiares (que também acontecem aos domingos). Conforme descreve o Conselho Nacional de Justiça,

Quando se entra no Casef, o que se percebe é que sua estrutura e a organização acabam sendo mais duras para as adolescentes. Enquanto nas casas destinadas aos adolescentes do sexo masculino, eles acordam no horário da escola, as adolescentes do Casef acordam mais cedo para arrumar o quarto e fazer a faxina. A instituição consegue, dessa forma, controlar mais as adolescentes, o que acaba deixando-as sem poder e autonomia sobre suas escolhas (...). Elas precisam ser mais submissas do que os meninos, até porque as regras do Casef, que estão presentes no regime interno da unidade, acabam sendo mais rigorosas. (BRASIL, 2015, p. 97).

Essas pistas sobre as relações de gênero dentro da instituição foram aparecendo aos poucos na imersão em campo. Em um dos dias de observação do GO, a discussão girava em torno de uma oficina em que as adolescentes aprendiam a desfiar calça jeans. A instituição decidiu, após a oficina, proibir o uso de calça jeans rasgada às adolescentes porque entendia que não era apropriado. Os argumentos giravam em torno dos lugares e tamanhos dos rasgos, do tanto que deixavam à mostra o corpo e seus efeitos perante o juiz nos dias de audiência, quando elas devem vestir sua melhor roupa. Dias antes do GO, as meninas tiveram uma festa - evento que ocorre mensalmente na instituição - e uma delas não pode participar porque não permitiram que ela vestisse sua calça porque ela tinha a usado para a oficina e, conseqüentemente, estava desfiada. As adolescentes têm direito a ter apenas uma calça jeans dentre os seus pertences e a menina em questão manifestou que não tinha dinheiro para comprar outra. No dia da discussão, eu mesma vestia uma calça desfiada. A instituição responde, antes que os olhares deslegitimem seu discurso, que a minha era adequada, embora não haja uma avaliação particular que divida as calças em categorias de adequação. Se está visivelmente desfiada o uso é proibido. Entendo que há, portanto, determinados corpos a quem o uso é ou não considerado impróprio. Algumas semanas depois, no entanto, chego ao CASEF e sou chamada à sala dos técnicos por uma das funcionárias com a qual a relação era das mais próximas.

- Ai, Mari, não sei nem como eu vou te dizer isso... mas parece que surgiu, entre as adolescentes, um burburinho sobre uma roupa tua. Queria pedir, assim, se tu puder colocar umas coisas mais tapadas... É constrangedor pedir isso, mas... Eu quando venho de saia, só uso saia longa já pra não dar problema.
- Mas qual era a questão?

- Ah... que mostrava a coxa, alguma coisa assim...
- E como surgiu?
- Ai, parece que alguém falou pra alguma monitora depois do GO e depois trataram em Pós-GO. Aí até alguém perguntou se ninguém falava de normas de vestimenta pra quem vinha fazer estágio ou pesquisa aqui... Até tu me desculpa ta falando isso, mas me pediram pra falar já que eu tenho mais contato contigo...

Os quase 40°C do verão portoalegrense que se passam dentro de um ônibus e em 600m ladeira do caminho até o CASEF não são suficientes para que a gente dispense roupas mais tapadas para uma mulher. Às vezes, as marcas mais privilegiadas em relação às adolescentes internas me faziam esquecer do meu próprio corpo. Ainda uma mulher. E como mulher eu preciso saber como me vestir para não mostrar a coxa, para não deixar à vista meu corpo que é uma afronta, um perigo ou um convite, e que é sexualizado pelos olhos de um outro, mas é vulgar se for pelos meus. Não é o surgimento do assunto que interessa mais nesse momento, mas o modo como a instituição lida com ele e que foi anunciado já nas primeiras idas a campo. Há, como será melhor desenvolvido nos capítulos posteriores, uma determinada compreensão de “feminino” que a instituição busca preservar, e a escolha de falar comigo já apresentava esse valor, na medida em que se preocupa em afastar os possíveis desvios de modo a reiterar as regulações a que se dispõe.

Outros espaços foram se apresentando, como a participação em atendimentos, audiências, atividades lúdicas e educativas como jogos e palestras. Caminhos iam sendo trilhados. O que importa aqui diz respeito aos desdobramentos e conexões que a minha interação com o campo - e a interação do campo comigo - ia(m) produzindo. Este se pretendeu, sobretudo, um processo de acompanhamento da produção de territórios existenciais a partir das transformações embutidas e imprevisíveis desse percurso. Uma abertura aos rumos possíveis, um frequente refazer, recompor, inventar e reinventar sentidos.

1.1.2. Entrevistas etnográficas

Além das observações participantes, a pesquisa também incluiu entrevistas etnográficas. Elas são dependentes da situação da pesquisa. A história do local e a

compreensão do contexto, a partir de observações prévias, são fatores fundamentais para sua realização. De acordo com Beaud e Weber (2007), tal modalidade de entrevistas são aprofundadas e não visam produzir dados quantitativos. Desse modo, dada a possibilidade de surgirem conversas que tratassem de assuntos mais delicados para as participantes, como possíveis violências sofridas, sexualidade, perdas e dores psíquicas, a busca foi pela criação de um espaço acolhedor e afetivo entre entrevistadora e entrevistada.

As entrevistas foram gravadas para que eu estivesse, unicamente, com a responsabilidade de escuta e condução, sem que precisasse me preocupar em fazer anotações ou recuperar da memória o que foi dito, como sugerem Beaud e Weber (2007) às/aos entrevistadoras/es.

O ato da transcrição, para além de registrar no papel o que foi gravado, contou com uma análise minuciosa das variáveis de cada entrevista. As entrevistas foram focadas nas trajetórias de vida a partir das inserções no contexto infrator e nas histórias a partir da entrada no CASEF. Nesse sentido, a pesquisa se deu a partir das observações participantes, conforme já mencionado, e também de entrevistas etnográficas com seis meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, a fim de conhecer suas trajetórias e narrativas de como se constituem nesse local. Elas partiram de duas perguntas disparadoras:

1 - Qual tua história, tuas trajetórias, e como eram tuas relações até chegar ao CASEF?

2 - Como tem sido a partir da entrada na Casa?

A escolha das adolescentes que seriam entrevistadas se deu a partir de combinações entre elementos importantes para a pesquisa, como diferentes marcadores sociais (sexualidade, raça, relação da geração com maternidade, etc), e permissões do próprio CASEF. Em termos de idade, a partir de uma estimativa empírica, a maioria das adolescentes tem entre 14 e 17 anos, e há uma paridade no que se refere à raça. Dentre as que são mães, apenas duas ou três, em momentos distintos, permaneceram com os filhos dentro da instituição, tendo em vista a idade da criança e o período de amamentação. Em relação à escolaridade, não tive acesso aos dados, mas todas as meninas estavam regularmente matriculadas (ou em processo de regularização) na instituição de ensino situada dentro do CASEF. O critério de utilização de espaço era apenas a disponibilidade. Uma das entrevistas, inclusive, foi realizada na sala de atendimento odontológico, já que todas as outras estavam

ocupadas. Pelo tempo de inserção em campo e espaços compartilhados, a maioria das adolescentes já tinha conhecimento que, em algum momento, elas poderiam ser convidadas a participar dessa pesquisa, já que era explicitada em todas as apresentações nos G.O.s. Por isso e também pelo funcionamento institucional de evitar que se criem situações ansiogênicas - o que é bastante comum nesse contexto de muitas esperas e assuntos delicados -, o convite à participação foi feito minutos antes do horário previsto para as entrevistas acontecerem. Em alguns casos foi feito por mim, em outros por alguém da instituição, a depender do direcionamento que a Casa entendesse como mais conveniente. Não houve nenhuma recusa. De um modo geral, as adolescentes recebiam com certo contentamento o convite, seja pela possibilidade de escuta, seja pela possibilidade de trégua nas tarefas. Foi feita uma entrevista com cada uma das seis adolescentes. Cada uma durou, em média, uma hora e meia, e procurou-se abordar, nas trajetórias, também os diferentes marcadores sociais a elas articulados.

Abordar trajetórias de vida, nesse sentido, corresponde ao próprio referencial teórico que trabalha com as articulações particulares entre marcadores que, ao mesmo tempo, colocam o sujeito em determinadas posições sociais. De acordo com Neves (2012), trabalhar com trajetórias pessoais incita a uma potencialização da (re)construção narrativa, o que possibilita tomar as histórias coletivas e pessoais em formas de produzir uma análise social. Ademais, a autora aponta que o reconhecimento e a exposição de histórias de vida de mulheres contribui para a materialização da reivindicação feminista de transformação do pessoal em político. Assim, criam-se, também, modos de resistência. Nesta pesquisa, a construção social do gênero e da sexualidade dizem respeito a relações de poder que se articulam também com raça, classe, geração e outros marcadores sociais da diferença. Nesse sentido, nos processos de subjetivação das adolescentes que tornam possível essa pesquisa, o gênero e a sexualidade não existem a priori nem isoladamente, mas fazem parte de toda uma trama de articulações com outras marcas que as localizam em determinados lugares, por isso da importância da interseccionalidade na abordagem das trajetórias de vida.

Em cada uma das seis entrevistas, há muitos afetos singulares que foram provocados. Risos, saudosismos, amores, alegrias, amigos, emoções. De outro lado, também houve a partilha de inúmeras dores, perdas, traumas, condições de vida precárias. Olhos fixos em um horizonte que agora se transformava em lembranças.

Ora silêncio, ora falas ininterruptas. Choro lavado. Choro contido. Não foram poucas as emoções que se produziram nessa troca. Travei o choro e perdi a voz por incontáveis vezes. Palavra nenhuma parecia caber em alguns segundos. Também ri, também me emocionei. Agora os afetos estão imbuídos em toda essa escrita.

A seguir, exponho uma tabela com algumas características das seis adolescentes entrevistadas e que permeiam, de muitos modos, essas páginas que acessam outros olhos, outros afetos, outras histórias.

Adolescente	Idade	Sexualidade	Raça	Filhos	Região
Escreve poesia	18	Heterossexual	Branca	x	Sul
Joga muito futebol	16	Heterossexual	Negra	x	Campanha
Comunicativa	16	Bissexual	Parda	x	Capital
Nerd	17	Lésbica	Parda	x	Sul
Engraçada	18	Heterossexual	Branca	1	Missões
Desenha	17	Heterossexual	Branca	x	Capital

1.1.3. Oficinas de produção de história

A experiência no Socioeducação (En)Cena mobilizou os adolescentes que participaram do projeto a um entusiasmo e interesse que, por vezes, são de um acesso mais dificultado. Nessa perspectiva, a oficina de produção de história aparece como um recurso metodológico que diz respeito a uma enunciação coletiva que parte da perspectiva das meninas.

Foram realizadas 5 (cinco) oficinas com o intuito de produzir, em grupo, a trajetória de uma personagem cujo único marcador a priori era um ingresso no CASEF. A forma que a história poderia tomar foi deixada em aberta, podendo ser uma fotonovela, colagem, desenhos, teatro, música ou apenas a história escrita, de acordo com o que o grupo decidisse. As oficinas aconteceram uma vez por semana por aproximadamente um mês. A negociação com a instituição incluía que as atividades e rotinas das adolescentes não fossem prejudicadas, então o espaço aberto foi de uma hora nas quintas-feiras pela manhã do curso do CIEE (Centro de Integração

Empresa-Escola), onde 7 (sete) adolescentes estavam inseridas. Como ocorreram após as observações e entrevistas, depois de, mais ou menos, um ano acompanhando atividades da Casa, eu já era conhecida da maioria das adolescentes. Uma colega do mestrado e uma graduanda da Psicologia, cujo tema do TCC também era relacionado ao CASEF, me auxiliaram na realização dessa atividade.

Na primeira oficina, definimos algumas características da adolescente antes de começarmos a história, como nome, raça, idade, naturalidade e sexualidade. Depois de discutidas essas categorias, começamos a construção da história da adolescente no que corresponde ao período anterior ao CASEF, especialmente sua infância. Isso se deu a partir de uma dinâmica. Uma bolinha era jogada aleatoriamente para uma adolescente que falava sobre alguma característica ou acontecimento da vida da personagem. Essa adolescente jogava a bolinha para outra, que ainda não tivesse se colocado, que indicava outro aspecto, e assim por diante. As adolescentes que tivessem dificuldade de pensar em algum elemento num primeiro momento poderiam retirar, de dentro de uma sacola, uma pergunta disparadora (ex.: ela tem irmã/os? mora com quem? tem namorado/a? já sofreu bullying ou algum tipo de preconceito? ela estuda? etc.). A dinâmica era, na verdade, uma estratégia disparadora, e não central. As colocações e debates aconteciam muito mais no entre, na escolha de alguma característica ou acontecimento e nas divergências e/ou identificações que provocavam do que no recebimento da bolinha. A segunda oficina foi voltada à entrada da adolescente no CASEF, qual seu ato infracional e como se deu a sua caminhada até ele. A terceira foi pensada para que se construísse a trajetória da personagem dentro do CASEF. Na quarta, o objetivo era fazer alguma produção dessa história, um modo de apresentá-la para além do resumo que tinha sido feito das oficinas anteriores. Um dia não foi suficiente, por isso, houve uma quinta oficina em que pudemos finalizar o processo.

Para além do que se produziu nos debates e trocas, as adolescentes construíram a história de Kaille (lê-se Keili) durante esse processo. A história foi registrada em papel, som, vídeo e corpo. As adolescentes produziram um cartaz com pincel, tintas e canetas. Desenhos, frases, palavras. Tudo diz de uma parte delas ou de Kaille. No fim, não se sabe onde uma começa e outra termina. Uma das adolescentes compôs uma letra de música baseada na vida da personagem. O cartaz e a música estimularam à gravação de um vídeo, capturando imagens de alguns espaços do CASEF e da produção do cartaz com a música cantada pelas

adolescentes. O imprevisto foi a estratégia mais utilizada na produção audiovisual. Uma câmera emprestada registrou as imagens, o gravador de som de um aparelho celular captou o áudio, eu e Luiza - que realizava sua pesquisa de TCC da Psicologia no CASEF -, pessoas não tão próximas da inclusão digital, operamos esses equipamentos, e, posteriormente, trabalhei na edição desse material.



Figura 2 – Oficina de Produção de Histórias

Dezessete anos, pele parda, cabelos castanhos e olhos cor de mel, tinha pouco mais de um metro e sessenta, uma tatuagem de carpa na panturrilha, pisciana, nascida na cidade de Porto Alegre-RS. A criação se deu, também, a partir de certas disputas por elementos pessoais na história de Kaille. Isso acontecia tanto em relação às características mais gerais quanto em relação a miudezas da história. Enquanto uma comentava “*Eu acho que tinha que matar a mãe e ela ir morar com a vó*”, a outra respondia “*Não, já foi coisa da tua história, a mãe pode ter fugido porque sabia de muita coisa*”. As auto-referências nos pedaços da história também levavam a memórias distintas compartilhadas: “*Coisa boa morar com a vó*”, comentou uma das meninas, enquanto outra dizia “*Minha vó me dava pau*”. Por diversas vezes, o grupo

sugeria caminhos com situações de adversidades e tragédias na vida de Kaille, o que em muito manifestava a construção das próprias histórias com faltas no registro de memórias e referências “positivas”. Também surgiram muitos elementos e singularidades relacionadas à vida fora das correspondências legais ou ao próprio ato infracional de cada uma: “*ela é da XXX*”⁹, “*ela pode matar a amiga*”. A definição da sexualidade de Kaille também sofreu disputas pessoais. Algumas queriam que fosse bissexual, outras diziam que por elas Kaille podia ser “*normal, hétero*”, enquanto um terceiro movimento achava que isso não precisava estar definido.

Essa história não é, no entanto, um esforço para produzir uma biografia de cada uma dessas meninas, mas uma tentativa de dar língua aos silenciamentos que são amarrados a elas. A vida de Kaille fala de inúmeras. É o grito de quem desestabiliza normas e sente os efeitos disso diariamente, de variados modos. Se o caminho da nomeação possibilita situar um sujeito dentro do discurso, falar de vidas precárias (BUTLER, 2012), portanto, é uma forma de reconhecer sua existência, é criar um contra-discurso às constantes negações que sofrem e, dessa forma, produzir modos de resistência.

1.2 Picotar, remendar e alinhar: fabricação têxtil de narrativas

Pelo contexto de privação de liberdade, havia um desafio ético da pesquisa em relação à preservação de identidade das meninas. Pela proximidade da instituição com as histórias das adolescentes e, também, por ter conhecimento de quais delas compuseram a pesquisa, era preciso produzir um borramento. Mas qual(is) a(s) forma(s) possível(eis) de inserir um “não saber” da instituição sobre essas vidas tão controladas sem expô-las, e, ao mesmo tempo, dizendo das singularidades das suas trajetórias? Encontro uma saída na construção de uma narrativa ficcional disparada pelas observações, entrevistas e oficinas realizadas durante a imersão em campo. A narrativa de Kaille é o fio condutor do capítulo dois, acompanhada de outras quatro personagens. Essas quatro personagens são frutos de uma condensação e mescla das seis entrevistas realizadas. Elas aparecem atravessando a narrativa de Kaille e evidenciando o cruzamento dessas trajetórias. Alguns elementos das entrevistas foram, também, incorporados na construção de Kaille, sem prejuízo das

⁹ Nome fictício para designar uma facção.

características e trajetória que as adolescentes criaram. A narrativa se costura, deste modo, com 5 histórias: a de Kaille - criada pelas adolescentes durante as oficinas de produção de história e bordada, posteriormente, com alguns elementos das entrevistas - e as de Bibiana, Suélen, Maiara e Betina - resultado da aglutinação e hibridização de seis entrevistas. As falas que aparecem na narrativa são, principalmente, decorrentes de momentos das entrevistas. Entretanto, em determinados momentos, também sofreram alterações, tanto com inserção de registros do diário de campo que mapeou as observações quanto com ocultamento ou variação de informações que poderiam deixar as identidades mais manifestas.

À vista disso, ao longo desses escritos, a narrativa ficcional serve como estratégia que extrapola a divisão entre falso e verdadeiro, real e ficcional, já que ambos se produzem e dizem da complexidade dos objetos. Para Costa (2014), esse método

(...) nos permite a complexificação do “objeto”, dar densidade às suas virtualidades que não cabem nos limites postos por sua representação atual: ultrapassar a descrição estrita do “dado” adentrando nos meandros fugidios dos acontecimentos e seu intrincado campo de possibilidades. Deslocar a busca de representar aos objetos formalizando-os com palavras que se querem vazias de sentido próprio: apenas apresentariam o objeto pela língua neutra e objetiva. Desvencilhar-se dos preceitos da escrita que buscam a neutralidade-objetividade e tomar a poética como estratégia, é assumir a materialidade da palavra, a concretude ativa da experiência da escrita e permitir que as sutis virtualidades das preensões contagiem a escrita, sem as pretensões cartesianas de negar às aparências em prol de essências pressupostas. (p. 558).

Dessa maneira, a ficção toma lugar de algo que produz realidades que permitem analisar os arranjos do real a partir da pluralidade de fios que o compõe. Conforme o autor (COSTA, 2014), pode ser que essa forma perca em formalização e generalização, mas possibilita ao/à pesquisador/a conversas com o campo que abram espaço a problematizações que antes ficavam barradas pelas normas de uma ciência estrita. Ele complementa afirmando, ainda, que a narrativa ficcional não diz respeito a uma negação das parcialidades e singularidades imanentes, mas, pelo contrário, a uma potencialização desses elementos que, por vezes, não são bem quistos na produção científica.

Em seguida, faço uma pequena apresentação das cinco histórias que se criaram a partir de cada um desses espaços de experimentação e imersão. Nesse trabalho que é, também, uma grande colcha de retalhos, vida e obra não se separam, e cada fio tecido é resultado de um emaranhado de outros fios que se cruzaram e

hibridizaram antes desses.

Bibiana, do interior, 18 anos, branca, mãe aos 15, pobre, heterossexual. Um irmão mais novo e uma irmã caçula. Nunca conheceu o pai. Na infância, pulou de casa em casa. Hora morou com a tia, hora com a avó, hora com a mãe. Apanhava muito do marido da avó sob os olhos da mãe que nada fazia. Era repetidamente cobrada pela mãe para que colocasse dinheiro em casa. Não existia lugar de silêncio e respiro. Teve que interromper os estudos durante um período porque não tinha dinheiro para a passagem e precisava conciliar o tempo entre os cuidados com a filha e o trabalho. Agora, no CASEF, sente-se aliviada por conseguir estudar.

Suélen, do interior, 17 anos, negra, pobre, lésbica. A única menina entre os cinco filhos e a mais nova. O pai era alcoolista e faleceu em uma de suas internações, quando Suélen tinha 5 meses. A mãe gastava o dinheiro da pensão indo a bailes enquanto as crianças ficavam em casa, sem luz nem água. Descobriu que sentia atração por mulheres aos 6 anos. Tinha nojo de si. Sentiu o preconceito mais escancarado aos 12, quando contou para a mãe. Seguidamente na rua ouvia que nunca ia ser ninguém na vida, ou pela reputação da mãe, ou por ser negra, ou por ser lésbica. Não tinham caminhos fáceis. Aos 14, tentou se matar. Teve duas passagens por uma instituição psiquiátrica. A aceitação da sua sexualidade pela mãe veio após esse episódio. Pouco tempo depois, uma namorada foi morar com a sua família porque a mãe dela não a aceitava. Foi um relacionamento circunscrito numa lógica da violência. O término veio depois de muitas marcas na casa que as duas, mais tarde, dividiram e no corpo. Dentro do CASEF, o fato de dividir o espaço apenas com outras meninas é a “mesma coisa que fosse homem” para Suélen, porque sabe das consequências que enfrentaria se encarasse de outra maneira.

Maiara, da fronteira, 18 anos, branca, heterossexual. A mãe faleceu quando tinha dois anos de idade. Cresceu com a polícia na porta atrás do irmão que traficava. Aos 9, Maiara já ajudava o irmão transportando drogas de uma cidade para outra de ônibus, e ganhava caixas de bombom em troca. O pai era camelô. Com 45 anos, ele começou a namorar uma menina de 13 que até hoje é madrasta de Maiara. A relação com ele sempre foi violenta. Além dos espancamentos que sofria, a menina o ouvia ridicularizar seu corpo gordo diariamente. Teve passagem por abrigo porque o pai ameaçou matá-la. Agora cumpre sua segunda internação no CASEF.

Betina, da capital, 17 anos, branca, pobre, heterossexual. Aos 5 anos, viu sua mãe ser assassinada pela amante do pai que, no mesmo momento, foi morta pelo tio de Betina. Depois disso, morou com a avó até os 10 anos. No retorno à casa do pai, sentiu toda responsabilidade sobre si, já que era a menina mais velha. Fazia parte da rotina dela e das irmãs serem surradas pelo pai. Com 12 anos, Betina conheceu Eduardo, seu primeiro namorado e por onde se inseriu, efetivamente, no “mundo do crime”. A adolescente fugiu de sua primeira internação no CASEF. Na sua volta, descobriu que o atual namorado tinha sido assassinado, assim como todos os outros que tinha se envolvido até então.

Kaille, da capital, 17 anos, parda, bissexual. Um ano após seu nascimento, seu pai foi assassinado porque era envolvido com tráfico. Quando completou dois anos, sua mãe teve que fugir já que estava sendo perseguida porque sabia muito sobre o negócio do pai. Kaille foi morar com seus avós e seus tios. Ia para a escola no turno da tarde, turno oposto ao de seus tios/irmãos, e, durante a manhã, ficava com seu avô, que trabalhava como azulejista durante o período da tarde. A avó trabalhava como diarista. Aos doze anos começou a questionar a falta da mãe, que conheceu outro homem em São Paulo e nunca mais voltou, e a se rebelar tanto na escola quanto em casa. Mais tarde conheceu Guilherme, um garoto de 18 anos que era responsável - junto com o irmão - por uma boca de tráfico, e com quem passou a morar depois de uns meses de relacionamento.

2. Mesmo antes de nascer sua vida era complicada

*Mal pude crescer e já comecei a sofrer
Minha mãe havia partido e isso para mim não havia sentido
Meu pai teve que me criar sozinho e de criança ele não entendia nem um pouquinho
Meu pai deveria me criar, mas ele decidiu me espancar
Logo quando eu comecei a fazer coisas erradas, dinheiro comecei a ganhar
Quando eu tinha dinheiro, todos os meus amigos estavam a minha volta
Mas era só eu não ter nada que eu era rejeitada
Eu pensava em me matar, queria minha vida tirar
Pra quem sabe do amor da minha mãe eu puder desfrutar*
Maiara

25 de março de 2018. 20h37.

Pouco menos de 2m², frestas de luz atravessam um buraco em uma das paredes amarelas, que imita uma janela e que é fechado por grades, a porta sempre trancada, um colchão duro no chão, saídas limitadas ao uso do banheiro. É a primeira CAD de Kaille. Para chegar à contenção¹⁰, teve que ser amarrada. Estava sendo um dia difícil. Os olhos cor de mel corriam de um lado para o outro à procura de qualquer sinal de esperança que fizesse a realidade parar por uns segundos. A voz do juiz ecoava na sua cabeça:

Tratando-se de ato infracional análogo ao crime de homicídio doloso, não restam dúvidas a respeito da adequação da medida socioeducativa de internação.

Tinham sido quarenta e cinco dias intensos de espera até a audiência. Passou a primeira semana acompanhada de dores e hematomas que a lembravam da madrugada da última quinta-feira em que ela e o, até então, namorado Guilherme tinham passado apanhando da polícia. Na mesma quinta-feira, quando a levaram até

¹⁰ Refere-se à retirada da adolescente dos espaços comuns e colocada no isolamento. Por vezes, os/as agentes socioeducadores/as utilizam faixas de contenção para, justamente, “conter” a adolescente, amarrando-a a elas.

o DML (Departamento Médico-Legal) para realizar o procedimento de corpo de delito, com muito medo de sofrer mais violência, apenas disse que não estava machucada. Depois disso, foi levada até o DECA (Departamento Estadual da Criança e do Adolescente). Cobertores com forte mau cheiro eram as únicas coisas que existiam por cima do concreto rodeado por paredes riscadas. Já não esperava nenhum tratamento minimamente digno da polícia. Nesse momento, só rezava para não apanhar mais.

No CASEF, percebeu que essa não era uma narrativa incomum antes da entrada das adolescentes na Casa. A primeira das meninas que Kaille se aproximou foi Suélen. Negra, pobre, lésbica. Já fazia três semanas da sua chegada e, mesmo assim, continuava com os hematomas à vista. O procedimento com ela foi o mesmo: ter a casa invadida pela polícia, apanhar muito e ver outras pessoas da casa apanharem. Suélen é de família muito humilde e outro dia tinha contado para Kaille que não queria pedir dinheiro da mãe para nada.

Eles gastaram muito, eles pagaram 600 reais só pra me trazerem até aqui, pra mim não vir com a polícia, porque senão a polícia ia me bater mais ainda, entendeu? Porque quando eu cheguei eu não conseguia enxergar, me doía os lados aqui, sabe?

Kaille sabia.

Agora, do corredor, ouve Suélen, Maiara e Betina serem advertidas por uma agente socioeducadora. Kaille tinha simpatia por Betina, porque sabia que a garota também tinha vivenciado uma perda brutal na infância. Ela não tinha perdido o pai assassinado por tráfico, tal como Kaille, mas viu a mãe ser morta pela amante do pai na porta de casa. Maiara também tinha perdido a mãe cedo. O pai era camelô e o irmão é da vida do crime desde cedo. Logo se acostumou com as “visitas” da polícia a sua casa, mesmo quando sua mãe ainda era viva. Aos 4 anos, voltou a morar com o pai, que sempre foi muito ríspido. Maiara não tem bons afetos sobre essa época porque, além do relacionamento complicado com o pai, sentia muita falta da mãe. Pesadelos, insônia, ansiedade, medo. Nada disso foi suficiente para que seu pai considerasse buscar algum tipo de ajuda para Maiara. Ela nunca conseguiu ter uma relação mais aberta com ele, mesmo que dissesse que o amava. Dele só sentia frieza. Apanhava muito. Com seu irmão, era ainda pior, até que ele não aguentou mais e

apontou uma arma para o pai como um aviso para que a violência que ele e a irmã sofriam cessasse.

Maiara torcia para que, quando o pai batesse nela, seu irmão chegasse para tirá-la dali. Ela o tinha como seu herói. Alguns anos depois, ele foi preso pela primeira vez. A menina sentiu a perda de quem a defendia. Em um dos intervalos da aula, Kaille ouviu de canto ela contar para Bibiana - adolescente que era colega de Maiara no G2 - sobre conversas pelo celular que tinha com o irmão.

16 de fevereiro de 2018. 15h32.

E aí eu conversava, e ele xingava o meu pai, porque o meu pai sempre me colocou muito pra baixo por eu ser gorda, porque, com 9 anos, eu usava 42, porque ele não deixava eu conviver com ninguém. Como ele vendia coisa, ele sempre foi de brick, ele tinha videogame, essas coisas. No tempo do Nintendo, eu só ficava em casa jogando e eu não conversava com ninguém, e isso me deixava muito ansiosa. Eu não sabia o que era ansiedade, mas pra mim, e eu ficava sozinha em casa, porque ele ia trabalhar, eu só fechava a porta e ficava sozinha, então eu passava a maioria do tempo comendo, comendo, comendo. A nossa identidade vai sendo formada conforme os anos, né, e teve épocas já que eu me senti como se eu não tivesse a minha identidade, como se eu fosse querendo formar com as coisas dos outros, entendeu? Não quem eu sou mesmo. Porque as minhas amigas começaram a ir lá em casa e meu pai dizia que eu era feia, que 'ai, a Maiara só tem o sorriso bonito'. Ele dizia que eu nunca ia arranjar um serviço, que eu nunca ia arranjar um namorado, dizia que eu era gorda e que ia comer as minhas amiguinhas, coisa que até hoje eu não entendo, né, porque como é que tu vai falar uma coisa... Tipo, sei lá, ele parecia meio, vamos dizer, tarado, né, falar isso, porque as minhas amigas tinham praticamente a minha idade. E dizia que ia se casar com a mãe das minhas amigas só pra pegar as minhas amigas, então eram coisas que eu não gostava, que eu me sentia incomodada. Ou me humilhava na frente dos guris porque sempre tinha bastante guri na volta dele, as criancadas da volta, e ele sempre tentava me colocar, assim, pra baixo.

Kaille não participava do assunto, mas não conseguiu disfarçar a cara de espanto. Foi quando ela e Maiara se aproximaram. Ainda era a primeira semana de Kaille no CASEF. Maiara já era do G2. Viam-se apenas na escola e no horário do pátio.

Bibiana intervém:

Mas credo! Eu ia ter quebrado ele a pau há muito tempo!

Kaille já tinha reparados nas intervenções pontuais de Bibiana. Noutro dia, perto das onze da manhã, o sol iluminava todo o pátio e cerca de sete adolescentes estavam sentadas no meio da quadra, em volta de um cartaz que faziam em uma oficina proposta por uma pesquisadora que ia lá vezenquando. Dessa vez, estavam lá a pesquisadora – branca, de cabelos e olhos castanhos - e outras duas que a acompanhavam - ambas brancas, de cabelos e olhos claros – todas da universidade. Até que Bibiana, também branca, expõe uma questão que revela, especialmente, uma demarcação da diferença de lugares que se ocupavam, e que muitas, além dela, pareciam sentir.

Como vocês são branquinhas!

Maiara tinha concordado. A menina de sorriso metálico carregado pelos seus 1,50m disse que na sua certidão constava que ela era branca, mas afirmava que ela não era não!

Kaille tinha percebido que Bibiana era de poucas palavras. Nunca desmantelava o rosto sério que mantinha por debaixo dos seus cachos vultosos. Não conheceu o pai e, tal como Kaille, a garota morou boa parte da infância com os avós. Com sotaque de quem fala *lei-te quen-te*, no mesmo intervalo da aula, Bibiana contou para Maiara e Kaille que não sabia se preferia ter um pai como o de Maiara ou como o seu, que fugiu. Assim que toca no assunto, a dureza de Bibiana vai dando espaço a outros afetos; um choro atravessado que denuncia a dor dessa ausência. Kaille recordou dos seus doze anos, quando começou a questionar a falta da mãe que fugiu quando a menina tinha dois anos - um ano após o assassinato do pai - pelas constantes ameaças que sofria por informações que tinha sobre as bocas da vila. As

lembranças são interrompidas pela resposta de Maiara.

Eu não consigo entender, não consegui aceitar e, quando meu pai me batia, já pensei em me botar nele, mas ele me criou, eu pensava que eu tinha respeito, mas não, eu tinha medo. Então, eu já pensei em me botar nele, tinha arma escondida também, pensei em me matar, mas nunca tive coragem de me matar.

Bibiana pensa na relação com a mãe, que reverbera nos mais diversos espaços da sua vida. Antes do ingresso no CASEF, ela traficava para sustar as cobranças da mãe e conseguir dinheiro rapidamente. De todos os seus não-ditos, histórias não compartilhadas e suportes não encontrados, naquele momento, preferiu falar.

Eu entendo... eu apanhei muito também e a gente se culpa. Tem tanta coisa que eu não compartilho com as pessoas que às vezes eu penso assim, eu penso "como é que eu nunca compartilhei isso com ninguém?". Coisas boas, assim, às vezes, mas coisas ruins também. Às vezes eu compartilho com as pessoas o quanto me dói eu ter apanhado muito, quando eu era pequena, do marido da minha vó e minha mãe olhar e não fazer nada. Eu compartilho isso com as pessoas, às vezes, com a tia do artesanato sabe? Eu pergunto pra ela: será que eu era uma criança ruim pra apanhar tanto? Será que eu não era uma boa filha pra minha mãe, pra ela não fazer nada comigo? Pra ela me deixar apanhar? É o que mais me dói no momento... de ver assim ela, dela não fazer nada por mim.

A relação entre Suélen e sua mãe não era de violência física, mas também foi acompanhada de muita negligência. A mãe não parava em casa. Há quase 3 anos não tinham luz nem água em casa. Parte do dinheiro ia para sustentar os bailes que a mãe frequentava. Já tinha contado para Kaille que ouvia comentários diários na rua sobre ela.

Eu ouvia eles dizer "Ah, a mãe dela... vi a mãe dela ontem no baile, sei o que lá... com tal homem", sabe? aí eu bah, muitas vezes... Aí eu só fui

guardando, guardando e guardando. Eu passava e eles falavam. Os meus amigos, muitas vezes, davam risadas e me chamavam de filha porque eles tinham ficado com a minha mãe. Só que... já os meus irmãos não... os meus irmãos já guardavam mágoa mesmo. Eles passavam assim e choravam, sabe? Quando eles ouviam falando da mãe. Diziam pra mim "Ah tu não vai ser ninguém na vida porque olha o jeito que a tua mãe é, quando tu crescer, tu vai ser igual a ela". No caso eles viam a minha mãe como uma vagabunda sabe? Aí por ela andar com os caras, assim. Tipo, a mãe ficou com o nosso melhor amigo, entendeu? Amigo que era como se fosse um irmão pra nós porque ele me levava pra casa dele, as irmãs dele desde comida davam pra mim, de banho que deixavam tomar na casa deles porque nós não tinha água nem luz. Pousar lá eu pousava, e eu sempre fui grata a essa família. Aí eu queria ser alguém na vida, mas aí quando eu menos esperei minha mãe começou a fazer tudo aquilo entendeu? Se relacionar com vários caras e ir pra vários bailes, me deixava sozinha em casa, sem luz, sem nada, sabe. Ela dava, se tivesse que dar dinheiro pros homens, eu digo pra botar alguma coisa pra beber, o dinheiro dela ela botava do que comprar comida pra nós comer, entendeu?

Maiara tinha sensações parecidas em relação ao seu pai, ainda que por uma via diferente. Aos 9 anos da garota, seu pai, que na época tinha 45, começou a namorar a madrasta da adolescente, de 13 anos. Eles se conheceram porque a madrasta ia cuidar de Maiara quando seu pai saía. Sentadas no canto da calçada, à vista de duas monitoras, Kaille e Bibiana a ouviam.

E aí eu via que tava meio estranho, só que aí eu comecei a escutar. E eram coisas que eu não gostava, tipo "ai, pai, eu posso ir na casa da fulaninha?", "ai, não, não pode". Por que ele não deixava eu ir se ele ia ter uma relação com ela, né? Daí eu ficava brava, ficava enojada, sabe. Daí eu comecei também a ver pornografia porque eu não entendia e queria entender. Porque meu pai vendia dvd né, e aí tinha tudo, né, meu pai vendia coisa, vamos dizer, tipo sex shop. E aí meu irmão começou a traficar. Ele morava com a esposa dele, começou a traficar, mudou de

presídio, foi pra Santa Maria, e ele perguntou se eu não ajudava ele. E eu falei que ajudava, fui com a minha cunhada primeira vez em Santa Maria. Fui com a minha cunhada em Santa Maria e ela me entregou uma bolsa e falou "ah, tu pega o ônibus agora de volta e larga em tal lugar". Ta, aí era droga, peguei, levei, isso com 9 anos, depois comecei a fazer pro meu irmão sozinha, sabe.

Betina ouvia a conversa de longe e foi se aproximando para participar:

Começou cedo ein, Mai! Eu fazia frete. Vendia tudo. Levava droga pra casa da minha vó, guardava lá e minha vó nunca soube disso. Agora ela sabe, porque eu contei pra ela, mas antes ela não sabia, sabe... Ela até que sabia, mas ela não aceitava porque era sempre uma hora por aí eu me acordava, daí meu telefone já tocava, eu mal comia, já saía pra rua, daí voltava tri tarde da noite. Ela sempre passava onde eu vendia e me via correndo pra cima e pra baixo, e bah, fiz muita coisa de errado, muita coisa! Mas fumar eu fumava só maconha... e bebia quando ia pro baile. Eu era muito de sair, tava sempre, todo dia eu ia pro baile, todo dia... Eu sempre fui sozinha assim, aí eu chegava lá e já tinha as amizades, só que isso, sei lá, foi subindo pra minha cabeça, sempre quis ser falada. Onde a minha vó mora o meu apelido é bandida, todo mundo falava que eu era muito louca, cara. E daí pra mim isso... como é que eu posso dizer? Eu ficava feliz com isso porque eu queria ficar sempre na boca das pessoas, queria ser famosa, eu via as pessoas sendo "ai, aquele dali é bandidão" "aquele dali é tudo" sabe, eu queria ser assim também! Eu cresci no meio disso, sempre quis ser assim, sabe, só que agora eu penso diferente, eu não quero mais ser assim, não quero mais essa vida porque eu já perdi muitas pessoas que eu gostava sabe, que eu amava, daí se eu continuar nesse caminho eu também vou morrer! Mesmo se eu não continuar, eu já to pedida de morte já, tem um monte de pessoa que quer minha cabeça, então pra mim eu tenho que mudar e tenho que sair pra bem longe daqui sabe, mesmo eu mudando, fazendo as coisas certas, se eu ficar aqui nessa cidade, eles vão me matar mesmo assim, porque eu to pedida...

Betina era pequena, mas notável na sua firmeza. Já tinha sido chefe de boca. Estava no corre há tempos. Tinha perdido a mãe e todos os namorados que teve até ali. Vivia envolvida em briga nos bailes, andava sempre de faca. Era muito protetora dos seus. Não media esforços para ver bem quem amava, e, por vezes, isso a colocava em situações de risco.

Bibiana continua:

Eu já vendi droga, vendia pedra e maconha. Foi logo depois que eu me separei do pai da minha filha. Meu tio ele é usuário de droga, daí um dia eu fui chamar ele lá embaixo, e ele tava fumado maconha e ele me ofereceu assim, aí eu pensei "ah não vai dar nada", aí eu fumei com ele assim. Daí uns dois, três dias de novo ele me convidou pra descer com ele lá embaixo, daí eu continuei indo. Aí eu perguntei pro cara "quanto que tu faz vendendo droga?" e ele disse "ah, eu faço bastante, eu faço pra mim um bom dinheiro e faço pro cara que eu tenho que devolver". Daí um dia de noite nós tava tomando mate, eu e a mulher dele, e ele perguntou se eu não queria vender também, e daí eu disse "não, eu quero, isso vai me dar dinheiro e eu preciso", daí eu vendi, assim, um pouco com ele, eu tava pegando dele, daí eu larguei porque os guris me disseram que tinha um cara que arrumava mais barato. Daí eu comecei a pegar com o Kiko. Eu vendi, eu vendi uns 6 meses de droga.

Bibiana precisava pôr dinheiro em casa, afinal. Frequentemente ela fala de sua irritação fácil. Não é à toa a cara fechada. Desde cedo, a vida demanda de Bibiana uma adulez. Nunca foi hora de brincar. A não ser nos momentos com a filha. Engravidou aos 15 e agora é mãe de Laura, de 3 anos. A essa altura, Bibiana descobriu muitas coisas. Sobre si, sobre o/a outro/a, sobre o mundo. Com a voz trêmula e os olhos carregados, contava a Kaille e Maiara sobre as angústias desse período.

Ah, no começo eu achei maravilhoso. O Fernando [pai de Laura] é bem mais velho que eu. Ele tem 30, na época que nos conhecemos ele tinha

26. *E apesar dele ser mais velho, ele é bem mais imaturo que eu. Assim, nós decidimos "ai vamo ter um filho". Aí a gente teve um filho, no começo eu achei maravilhoso, daí depois eu fui ficando apavorada porque eu comecei a engordar, engordar, grávida e eu chorava e dizia "eu não quero ficar uma bola" eu dizia pra minha mãe [risos]. Ai que horror. "Eu não quero ficar uma bola, eu não quero esse nenê" eu dizia pra ela. Até os 6 meses eu tava feliz, eu não tinha barriga, não tinha nada. Aí quando surgiu a barriga do nada eu me desesperei porque nem eu acreditava que eu tava grávida mesmo. E eu sou muito imatura. Em todos os sentidos. Eu não sei, tem muitas coisas assim que eu sou muito abobada. Eu sou muito imatura, eu digo que não to preparada ainda pra ser mãe direito. Pra mim o que tem de mais precioso é ela! Deus o livre se chega a acontecer alguma coisa com a minha filha, mas eu acho que sou muito imatura pra ser mãe, que não tenho responsabilidade suficiente. Acho que eu tenho medo de cometer os mesmos erros que minha mãe cometeu comigo, de não dar atenção ou algo assim pra minha filha, de não dar o que ela precisa, de ela se criar assim que nem eu. Eu sempre respondi pra minha mãe, mas pra minha vó eu sempre respeitava, minha vó fazia eu respeitar ela, mas minha mãe, sei lá, eu achava ela muito monga, como eu digo pra ela. E eu não quero ser assim, eu quero que minha filha me respeite, eu quero que ela sinta orgulho de mim, não vergonha. Não sei, às vezes as coisas ficam difíceis pra mim, assim, e eu não quero ter momentos assim que eu desejo que minha filha não tivesse nascido porque eu acho que eu não tenho responsabilidade, eu acho que eu não vou conseguir fazer tudo ao mesmo tempo: trabalhar, dar as coisas pra ela, terminar de estudar, fazer um curso bom. Acho que é muita responsabilidade pra mim.*

As palavras faltavam a Kaille. Tentava entender como podiam histórias de recém conhecidas compartilharem tantas marcas comuns. Ao mesmo tempo que doía ouvi-las, tornava sua experiência menos solitária, porque também se via nelas. Elas se encontravam dividindo uma série de situações de vulnerabilidade social e de muitas perdas. Ao mesmo tempo, tantas coisas também em comum com outras meninas que não estavam daquele lado das grades, que continuavam “em liberdade” pelo simples

acaso de não terem sido pegadas, ou, em outros casos, pelas condições de possibilidades que afastam algumas desse risco. Mas, em grande medida, o fato de que fizeram uns corres, deram bobeira ou azar e “caíram” também as aproximava.

25 de março de 2018. 20h45.

AAAAAAAAA QUE INFERRRRRNO! ME TIRA DAQUI! EU QUERO SAIR DAQUI! QUE INFERRRRNOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO!!!!!!

As memórias de Kaille são suspensas pelos gritos e pedaladas¹¹ na porta de Betina que tinha recebido sua terceira AV e agora era conduzida à contenção também. A ASE responsável pela advertência ainda se dirigia a Suélen:

Tu tá por um fio de perder o material de risco!

Depois de alguns segundos de silêncio, Suélen responde:

Desculpa! Cheirei o cabelo dela e eu sei que foi errado porque a gente não tem que ter vínculo aqui dentro porque pode nos prejudicar.

Tudo o que tinha era isso. Não, não o vínculo. Quis dizer o material de risco. Essa era uma regra geral, mas Suélen era lésbica, e isso ganha outro sentido e outro peso nessas condições. Qualquer menor toque era , ironicamente, também um “material de risco”.

Kaille estava imóvel no colchão no chão, agora com os olhos vidrados no teto, atenta à conversa que acontecia na sala principal do G2. Ela tinha descoberto o que significava “bissexualidade”, etimologicamente falando, dentro do CASEF. Antes da entrada na Casa, já tinha se envolvido com outras garotas, ainda que tivesse namorado apenas homens. Suélen tinha chamado a sua atenção já nos primeiros dias. Tão logo, as monitoras deixaram explícitas as regras para Kaille. Ela já tinha desabafado com Maiara.

¹¹ As “pedaladas” são um movimento das adolescentes quando estão trancadas em seus quartos ou na contenção e se mobilizam no sentido de protestar ou reclamar algo. Logo, despendem chutes nas portas, às vezes por um longo período de tempo, provocando muito barulho.

10 de março de 2018. 12h00.

É bem difícil se acostumar. Como que essas regras são bem loucas... ela falou que não podia ter relações aqui dentro, tipo assim, uma com a outra. E eu falei: "como assim, não pode?!" "Ai, não pode, porque a gente tem que evitar..." Mas tem, assim, várias meninas que já ficaram, assim, escondido. Eu nunca fiquei, mas esse sentimento todo mundo tem aqui dentro, sabe?!

A essa altura, as outras adolescentes já sabiam que Kaille se interessava por Suélen. Nos corredores, via os risinhos, olhares e cochichos que eram suficientes para que entendesse do que se tratava. Kaille passava os dias chorando. Não dormia, não comia, não respirava bem. Conseguia conversar sobre isso com Tânia, a socioeducadora de quem mais gostava e que lhe explicava coisas que nunca tinha ouvido falar sobre sexualidade.

14 de março de 2018. 17h20.

Mas tia Tânia, com as gurias eu já até me acostumei. Elas não entendem, mas pra mim é normal. Isso aí, agora, eu até entendo porque elas tão aqui na mesma que eu, não tem obrigação de ensinar nada, sabe?! Só que vocês, monitores, vocês, pra mim, têm que ser exemplo! E tem umas monitoras muito preconceituosas com as coisas. Tipo, tem uns monitor que a gente se apega, tipo tu... e tem uma que não gosta que dê um abraço nela. Até aí tudo bem, mas aí ela diz "eu não gosto que me dê um beijo no rosto, ou algo assim porque tem muita machorrinha aqui... Eu não gosto dessas coisas, porque eu gosto de homem... gosto de coisa grande!". Isso pra mim não é coisa que um monitor pode falar! E aí as gurias ouvem né, e aí se sentem no direito de falar também porque é com vocês que a gente aprende o que pode ou não aqui dentro. Isso que me irrita... Eu fico tentando me controlar bastante, sabe?! Não tem como explicar, entendeu?! Fora que agora qualquer atividade que a Suélen faça comigo já me chamam pra fazer

outra coisa. Semana passada a chefe de equipe, na minha frente e na frente de outra adolescente perguntou se eu estava gostando de uma guria do G2 e eu falei que não. Que eu não devo satisfação pra ninguém. E ela me perguntou isso mais de 10 vezes. E eu não gostei. Eu posso até gostar de guria, mas eu vou respeitar! Eu vou respeitar a regra daqui de dentro! E eu sinto vocês, tipo, regulando, sabe?! Aqui é um lugar pra gente aprender. Não é pra gente ficar mais assustada com o lugar.

Para Suélen, nada disso era novidade. O processo de auto-aceitação foi longo e dolorido. Passou muito tempo sentindo nojo de si mesma. Quando passou a acolher tudo de novo que descobria sobre si, contou para a mãe. Ouviu que tinha deixado de ser filha dela. Passaram a ser inimigas dentro de casa. A comunicação era protocolar. Depois de um tempo, a poeira foi baixando, mas não se tocava no assunto. O irmão dizia que a culpa era dele porque tinha ensinado a jogar futebol. Mais tarde, quando Suélen começou a ter um relacionamento mais estável com uma mulher, ouviu da mãe:

Suélen, se tu gosta, gosta, mas não faz na minha frente, e procura não mostrar pros outros, fica pra ti, não se assume.

Desde os 12 anos, Suélen não temia em falar abertamente sobre a sua sexualidade. Aos 14, não suportava mais os pedidos de viver às escuras, as violências cotidianas, especialmente da família, pelo seu modo de estar e agir no mundo. Tentou suicídio duas vezes. Tomou vários comprimidos da mãe, que fazia tratamento com antidepressivos. O histórico é de duas internações em hospital psiquiátrico. Depois disso, a mãe passou a aceitá-la. Ainda assim, Suélen sentia os respingos disso pelo descontrole da sua agressividade em determinadas relações.

09 de março de 2018. 19h45.

Eu bebia e ficava muito agressiva, batia na minha ex, batia na minha mãe, batia nos meus irmãos. Batia não... tentava bater nos meus irmãos, porque eles me quebravam a pau! Só que isso sempre acontecia... Eu bebia, isso acontecia e depois que passava eu me matava chorando, eu

era internada, eu fazia tratamento, saía, voltava e a mesma coisa, umas duas ou três vezes eu fui internada. Aconteceu isso várias vezes, eu batia na minha mãe, batia na minha ex. Eu fico fora de mim, mas às vezes nem precisa de bebida. Às vezes eu fico agressiva, só que eu to melhorando. Até hoje eu não me perdoo né. Não me perdoo bater na minha mãezinha e na minha ex. Não merecia também. Eu fui muito injusta. Só que eu não consigo controlar.

25 de março de 2018. 23h54min.

Todas as violências que já tinham cruzado o corpo de Kaille - por ele próprio e pelas histórias de tantas outras - foram-na amolecendo, quase que como numa entrega de quem desiste de se esquivar das batidas. Tudo doía. Tudo dói. Os olhos que corriam pra lá e pra cá foram perdendo a força e se fechando lentamente. Por hoje era só. A tal da trégua da realidade, pelo menos enquanto o sono vence.

2.1 Que rua eu pego até o Casef mesmo?

Da multiplicidade de acontecimentos que constroem as trajetórias

Antes da minha entrada no CASEF, imaginava que, para as adolescentes, as suas entradas na instituição representavam um *acontecimento*. Um acontecimento, para Deleuze (1974), está no plano do devir, que se furta ao presente e, assim, não comporta uma divisão entre passado e futuro, mas os produz ao mesmo tempo. Aquilo que cresce torna-se, no mesmo momento, maior do que era e menor do que será. Portanto, para crescer é preciso também se tornar menor. O acontecimento diz respeito a esse processo de passagem, do lugar onde não se está e que se produz no mesmo momento. A apreensão do tempo, nesse sentido, deve ser dupla e complementar: uma de modo que o presente esteja vivo nos corpos, e outra enquanto elemento que está sempre se dividindo em passado e futuro (DELEUZE, 1974).

Teresa Carreiro (2003) discorre sobre o *acontecimento-ruptura*. Ele rompe com a noção utópica de linearidade na trajetória de vida produzindo uma divisão do tempo entre antes e depois desse acontecimento e que mobiliza as dimensões pessoais, familiares, sociais e históricas. As histórias que escutei no CASEF não se furtam a acontecimentos-ruptura, embora a entrada na Casa não pareça constituir de

modo óbvio, invariável e linear essa marca. Além disso, ao atentar para as histórias, um caminho mais interessante talvez seja pensar em acontecimentos que desestabilizam a ideia de ruptura como de uma ordem essencialista, mas como efeito de uma série de atravessamentos e condições de possibilidades.

À Maiara, por exemplo, o assassinato da mãe, seguido da constante depreciação que o pai fazia sobre ela, bem como as violências que sofria e acompanhar o envolvimento do irmão com o tráfico tão de perto, desde sempre, parecem ser acontecimentos que produzem mais rupturas que a própria entrada no CASEF, ou, no mínimo, atualizam os efeitos dessa entrada porque, tendo em vista o contexto em que se inscrevem, esse caminho se torna uma espécie de profecia autorrealizável.

Suélen, desde cedo, sentiu as marcas do racismo. No colégio ouvia que ninguém conseguia nada na vida com um cabelo daqueles. No mercado, o segurança a seguia. Na rua, via os brancos atravessando para que não se cruzassem. Ao mesmo tempo em que percebia os privilégios da branquitude que nunca experienciaria, também foi sentindo como a pobreza era outro marcador que reduzia consideravelmente suas condições de possibilidades. Ir até a escola era difícil, “tinha que ser a mulher da casa”¹² quando a mãe saía para trabalhar. Um mundo inteiro de acessos negados. Mais tarde, sofreu violências da lesbofobia. Todas essas interpelações, vividas com/no corpo denunciam rompimentos, não entre um antes e um depois, mas com muitos modos de vida possíveis. É como se fossem acontecimentos-rupturas entre um antes e um depois impossibilitado, desencantado e que o que fica vivo nos corpos é uma espécie de presentificação de coisas que excedem o sujeito. Os caminhos vão se fechando e há que se escolher o que, ainda que por alguns segundos, causa menos dor. Com isso, na trajetória de Suélen, parece haver mais uma série de acontecimentos que deslocam e rearranjam sua localização e modo de estar no mundo do que, necessariamente, um que produza essa fissura no tempo, ou, dito de outro modo, quando os acontecimentos deslocam e/ou rearranjam, eles já supõem a emergência de uma outra configuração, ainda que não sejam lidos enquanto um momento de passagem.

Já na vida de Bibiana, a gravidez parece simbolizar um desses acontecimentos. Corpo, dinheiro, responsabilidades, maturidade. Tudo assumia significados diferentes

¹² Expressão utilizada em uma das entrevistas.

agora. A casa era um inferno. Não tinha lugar de paz. Se não era Bibiana brigando com a irmã, era a irmã brigando com o irmão, a irmã brigando com a mãe, a mãe brigando com Bibiana ou o tio roubando da mãe e toda família brigando com ele. O maior desejo de Bibiana era ser “uma pessoa mais normal”. Construir círculos, criar laços, ter a vida menos só, mais compartilhada. Mas é preciso estar segura porque a vida já bateu demais. A restrição garante essa segurança e o CASEF, nesse sentido, foi uma espécie de lugar de retiro para Bibiana. Ela entende sua entrada no CASEF como uma coisa boa. A saudade da família é um ponto negativo, mas, por outro lado, consegue viver no silêncio agora. Sem gritarias. A menina de poucos risos não quer ir embora tão cedo. Agora tem a possibilidade de terminar o ensino médio, fazer um curso profissionalizante e receber um salário. Ela sabia da baixíssima probabilidade de fazer isso fora dali com Laura demandando cuidados, já que as possibilidades de performar a maternidade, especialmente às mães pobres, sem uma rede de apoio, se relacionam a uma renúncia à vida sexual, social, amorosa ou abrir mão de planos. A entrada de Bibiana no CASEF diz de uma ruptura que não se dá, necessariamente, com aspectos positivos do modo como a vida operava antes. Dessa forma, a vida se rearranja de modo que Bibiana consiga, agora, minimamente, olhar para si, para seus estudos, para seus pertences, para seu silêncio, para sua vida.

Nesse sentido, esses *acontecimentos*, que ora se apresentam como ruptura, ora como desarranjos e rearranjos, se dão dinamicamente, muitas vezes concomitantemente e contraditoriamente, e de diferentes formas nessas trajetórias, em diferentes momentos, podendo ou não ser atribuído à entrada das adolescentes no CASEF, e com variações de acordo com os diferentes marcadores que se interseccionam na vida dessas jovens. A entrada na Casa não diz de *um* acontecimento - embora obviamente esse seja um elemento significativo em suas trajetórias -, mas fala, sobretudo, de uma multiplicidade de acontecimentos-desarranjos/rearranjos anteriores que a vão produzindo.

2.2 Precarização da vida e (des)amparos

Kaille, Bibiana, Maiara e Suélen têm, certamente, trajetórias singulares. Ao mesmo tempo, têm muitas marcas em comum. Os arranjos familiares vão se produzindo, especialmente, a partir de uma vivência de classe que estabelece linhas divisórias mais estreitas no que diz respeito às condições de possibilidades de uma

vida. Majoritariamente, essa percepção se dá pela falta. Do pai, da mãe, da escola, da luz, da água, da comida, do gás, de roupas, das brincadeiras com os amigos - não raramente substituídas pelo trabalho -, do silêncio, de acesso, de assistência, de cuidado, de amparo, do Estado.

No intuito de debater acerca dos corpos que são afetados por discursos que tentam governar o direito à singularidade e de quais mecanismos específicos de poder produzem uma vida, comungo das problematizações sobre as condições de apreensão da precariedade da vida. Conforme Judith Butler (2012), uma vida precária depende, profundamente, das condições sociais e políticas que possibilitem sua manutenção e que seja uma vida vivível. O que indica a precariedade, portanto, é a vida de alguém estar sempre dependente de um outro. É na possibilidade da morte de uma vida que surge a necessidade de cuidado com ela e é justamente na importância que é atribuída à perda dessa vida que seu valor se mostra efetivamente. Em outras palavras, não há vida sem a condição do luto. Do contrário, o que está vivo não é o mesmo que uma vida (BUTLER, 2015). Assim, uma vida só é vivível através do amparo, que é responsabilidade ética e política. Senão, criam-se condições de não reconhecimento e de não possibilidade de luto. As vidas, frente a essa impossibilidade, não são choradas, segundo a autora.

Para a filósofa, a precariedade é uma condição da vida humana, já que somos passíveis de sermos eliminados e não temos gerência sobre a manutenção das nossas vidas. Nesse sentido, a precariedade atinge todas as pessoas, e afirmar isso é “dizer que toda vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida” (BUTLER, 2015, p. 43). Entretanto, as condições sociais que mantêm uma vida viva podem maximizar ou minimizar sua precariedade. A maximização da precariedade se manifesta nas vidas indignas de serem vividas, lamentadas e passíveis de luto, que sobrevivem sob a privação de direitos. A condição precária comunica “a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e a morte.” (BUTLER, 2015, p. 46). Essa condição expõe um marco de inteligibilidade que é reiterado, já que apenas algumas vidas são apreendidas pelas normas de reconhecimento da condição de sujeitos.

As condições para que uma vida seja vivível não concernem apenas à sobrevivência, mas também à prosperidade (BUTLER, 2015). É preciso, portanto, mais do que um cuidado para que a vida não morra, mas uma manutenção alicerçada

a condições sociais e políticas, como a garantia dos direitos básicos de alimentação, moradia, educação, trabalho, proteção contra os maus-tratos e a opressão. Nesse sentido, os diferentes arranjos sociais de Kaille, Maiara, Suélen, Bibiana e de tantas outras indicam uma subjetivação marcada não só por uma violência no ambiente familiar ou entre pares, mas também a partir de um desamparo estatal. A família bate, a polícia mete o pé na porta, a escola reprova, os “cidadãos de bem” dizem que tem que prender, as políticas de assistência dificilmente sobem o morro. Tiro, porrada e bomba de todos os lados. Não raramente, literalmente. Há que se ressalvar, ainda, que existem combinações que exacerbam esse abandono das instituições.

Não é sempre nem todas as meninas que a escola reprova, nem todas as políticas de assistência que são ineficazes. No jogo de quem merece viver e quem não tem a morte chorada é que se alocam os marcadores que atravessam as experiências dessas meninas. Não desconsideramos - nós, enquanto sociedade - a violência praticada pela adolescente; ao contrário, punimos repetidas vezes. Mas questionamos muito menos - ou, por vezes, nem se torna uma questão - a violência exercida e respaldada pelo Estado - democrático de direito - sobre determinadas vidas. Nessa perspectiva, a condição precária diz respeito a situações instigadas politicamente em que restam aos sujeitos precarizados apenas o próprio Estado como esperança de amparo contra as arbitrariedades, que é, ao mesmo tempo, o que as posiciona em zonas de maximização da precariedade. É a partir da compreensão dessas vidas precárias enquanto uma ameaça às vidas passíveis de luto - e não como vidas, que, inclusive, demandam cuidado e proteção -, que se legitima a exploração e violência específicas de um público alvo, mais especialmente jovens periféricos/as negros/as.

2.3. Normas sobre corpo, gênero e sexualidade

O irmão de Maiara nunca passou pelo tipo de constrangimento e violência que o pai expunha a jovem. Outras eram as questões, mas as exigências estéticas se voltavam à Maiara. Para ter um bom trabalho, não seja gorda. Para ter um namorado - assim, no masculino já que a norma é heterossexual -, não seja gorda. Essa é uma questão sobre a qual se debruça a teoria interseccional. Adriana Piscitelli (2008), ao abordar teorias interseccionais, aponta para a articulação entre categorias de diferenciação que incidem sobre os processos de subjetivação:

As categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança. (p. 268).

Desse modo, as localizações e experiências de gênero são marcadas, também, pelos posicionamentos de cada sujeito nas categorias de raça, classe, sexualidade, produções corpóreas, geração, etc., sofrendo variações e alternâncias conforme os diferentes contextos pelos quais transitam. Nessa perspectiva, não há como pensar o gênero como uma categoria isolada de outros marcadores sociais de diferença que, em articulação, compõem os processos de subjetivação.

Posto isso, há que se considerar que os padrões estéticos que recaem sobre o corpo da mulher são inúmeros e violentos. Bibiana já avisava: *“Eu não quero ficar uma bola”*. De um modo geral, há um padrão estético normativo que implica numa distância do corpo gordo. Mas esse padrão se volta especialmente às mulheres, já que o reconhecimento feminino se dá, especialmente, através da objetificação desses corpos. Magra, branca, cabelos lisos, pele sem sinal de velhice, ausência de pelos. A norma está servida, podem sentar! Menos Maiara, que é uma mulher gorda.

A biopolítica, enquanto prática de biopoderes locais, conforme aponta Foucault (1978), apresenta-se a partir de práticas disciplinares que se propõem à normatização e adestramento dos corpos através de uma série de dispositivos. Alguns deles são os discursos e práticas médicas que se esforçam para construir um ideal de corpo que se apresenta como modelo de saúde, representado pelo corpo magro. Mais apto, mais disposto, menos sujeito a enfermidades. No outro pólo, o corpo gordo: com organismo e funções motoras mais lentas, mais suscetível às doenças, menos hábil. Um corpo que precisa ser corrigido porque é falho. Abjeto. E o corpo precisa se adequar às instituições e estruturas sociais para que seja reconhecido e para legitimar a normatividade não-gorda. Na hegemonia da magreza, há uma constante vigilância alheia sobre o peso de mulheres gordas, e suas condições de saúde estão sempre passíveis de questionamento. Essa biopolítica trata da gestão da vida, das condições de manutenção dessas vidas. O controle dos corpos vem, também, a partir de seu “aprimoramento”. É preciso docilizá-los (FOUCAULT, 2014) e conformá-los aos interesses econômicos, sociais, culturais e políticos.

Suélen, do mesmo modo, precisava ser aprimorada. Mesmo antes do CASEF, ela sabia que ser lésbica a tornava uma ameaça - às crianças que podem ser influenciadas, às mulheres que, necessariamente, serão objetificadas e sexualizadas,

aos homens que agora terão mais concorrência, à ordem natural das coisas. Mesmo que tivesse apenas 17 anos. Cada pequeno movimento poderia, rapidamente, se tornar um prenúncio de conotação sexual. É difícil acertar a medida. Agora tinha cometido o grave erro - que no CASEF se transforma em infração e, por consequência, em advertência e punição - de cheirar o cabelo da colega de grupo que falava do novo shampoo. De um modo geral, os afetos entre mulheres heterossexuais são permitidos, elas podem se abraçar porque, afinal de contas, mulheres são mais amorosas, delicadas e menos (ou nada) sexuais. Já homens cisgêneros heterossexuais, salvo nas horas de chegada e partida, não podem se abraçar porque isso deixa dúvidas em relação à sua orientação afetivo-sexual, visto que são entendidos como seres mais viris, instintivos, mais sexuais e menos afetivos. Homens (cis) e mulheres (cis) heterossexuais também não podem se abraçar, senão nesses mesmos momentos, porque essa é a composição clássica de onde habita o desejo sexual. E às lésbicas - em especial as que não performam feminilidade -, é atribuído um lugar parecido aos dos homens heterossexuais. O toque, o beijo, o abraço, continuamente, são posicionados num território sexual. Mas quando identificados dessa forma, diferente de quando se percebe de um homem cis heterossexual já que esse movimento é mais naturalizado, geralmente, causa asco, ojeriza. Por isso, Suélen se desculpava. Já tinha aprendido a economizar afeto e a lidar com a falta dele, mas o material de risco lhe garantia, minimamente, possibilidade de trocas - a uma distância segura para não ser mal interpretada, é lógico. Tinham coisas piores, ela pensava. As piadas e o afastamento dos colegas, o medo de apanhar na rua, as próprias interações. É preciso morrer muitas vezes até que se sirvam algumas poucas doses de acolhimento.

As práticas de repúdio à diversidade sexual e de gênero são decorrentes de uma cultura heterossexual cisgênera e machista. Esses regimes normativos também constroem as feminilidades dessas adolescentes. Butler, ao dispor sobre *regulações de gênero* (2014), sugere que a regulação, além de projetar regularidades, é um modo de disciplina e vigilância nos moldes modernos de poder, e está também ligada ao processo de normalização. De acordo com a filósofa,

Regulações do Estado sobre adoções por lésbicas ou gays, assim como adoções monoparentais, não apenas restringem essa atividade, mas referem e reforçam um ideal de como os pais devem ser, que, por exemplo, devem ter parceiros e o que torna um parceiro legítimo. Assim, regulações que procuram meramente proibir certas atividades específicas (assédio sexual, fraudes no sistema da previdência, discursos sexuais) exercem outra atividade que, na sua maior parte, permanece despercebida: a produção de

parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram. (BUTLER, 2014, p. 272).

Uma das produções desses parâmetros de pessoas é pautada no que Butler (2003) chama de uma ordem compulsória, uma norma, que reivindica uma coesão entre sexo, gênero, desejo e prática, pautadas desde uma matriz heterossexual. Tudo o que desvia, desestabiliza. Dessa forma, se situar em expressões da sexualidade que não sejam a heterossexual concorre para o acirramento da precariedade em que é situada uma vida. Por essa perspectiva, esses desvios à norma também se conectam com a própria entrada no CASEF e, de certa maneira, não há uma mudança significativa quando se está ali dentro, já que a norma cishetero não chega a se reinventar ou a se subverter. Antes pelo contrário, não raramente é saturada e reiterada.

2.4. Marcadores sociais de raça e classe e suas articulações nas trajetórias

A branquitude é uma construção sócio-histórica estruturada pelo racismo, na qual os sujeitos identificados como brancos assumem posições de privilégios em relação aos não brancos (SCHUCMAN, 2012). Desde as teorias da degenerescência, a humanidade era pensada como um gradiente que passaria do mais perfeito ao menos perfeito (SCHWARCZ, 1993). Em 1855, o Conde Artur de Gobineau publicou um Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, onde aponta que a inevitável mistura de raças conduziria a humanidade a um crescente grau de degenerescência física e intelectual. Assim, “a raça branca se tornaria fraca ou, ainda, infértil com a miscigenação, como atesta o termo utilizado para se referir ao filho de um branco e um negro: mulato (...), ou seja, a cria estéril de um cruzamento de égua com jumento.” (SCHUCMAN, 2012, p. 35). Nesse sentido, em oposição às “raças inferiores” e à sua proximidade da raça branca, o controle médico e a segregação racial e de classe passam a operar socialmente, com vistas a uma normalização da sociedade.

Quando Bibiana e Maiara falam com espanto sobre a branquitude de um outro é porque não se reconhecem nela. Nesses casos, não pelo fenótipo, mas, antes, pela condição de classe e de gênero. Não se reconhecem dentro dos privilégios da branquitude, como poderiam, então, ser brancas? São meninas pobres dentro de uma instituição portadora de uma lógica correccional. Ambas oriundas de um contexto com alto grau de violência e vulnerabilização social. Meninas que não deram certo. Brancas

que não deram certo. Isso não significa, no entanto, que experienciam o racismo tal como meninas negras, mas aponta para o fato de que algumas marcas, aqui, em especial, a de classe, produzem aproximações relacionadas aos privilégios ou à falta dele.

Kimberlé Crenshaw (2002), professora de Direito e importante teórica da análise interseccional, faz uma analogia de eixos de poder como raça, etnia, gênero e classe a partir do funcionamento de avenidas onde, por vezes, esses sistemas se sobrepõem e se cruzam, criando uma complexidade de intersecções. A autora propõe o entendimento da interseccionalidade como

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (p.177).

Avtar Brah (2006) aborda o tema das intersecções como categoria de diferenciação, e utiliza o termo articulação para indicar o modo como marcadores sociais de diferença produzem as experiências dos sujeitos. A indiana pensa em termos de pluralidades, em que uma categoria individual não é pensada como homogênea internamente, na medida em que as múltiplas particularidades de um grupo não são contidas dentro dessa mesma categoria. Nessa perspectiva, o racismo, a exploração de classe, o gênero e a sexualidade, entre outros elementos que variam conforme as circunstâncias locais e sociais em que somos inseridos, são entendidos como marcadores de diferença que se cruzam e se complementam mutuamente.

Nesse sentido, as interferências das adolescentes não dizem de uma afirmação de suas trajetórias tal como uma experiência da negritude, mas da importância de compreender que as condições de possibilidades em que essas vidas se inscrevem garantem outras formas de vivência da própria branquitude. Tal como nas histórias de Bibiana e Maiara, o gênero e os acessos negados, possivelmente, são alguns facilitadores do caminho até o CASEF, bem como a experiência de classe tem forte relação com o ato de detenção e encarceramento. Desse modo, se articulada com marcadores de diferença de classe e gênero não dominantes nos seus respectivos contextos, a branquitude é vivenciada de modo muito menos inscrito nos seus próprios privilégios. Ainda assim, essas marcas não são as mesmas de Suélen, que ouviu do seu cabelo e da sua cor desde cedo, viu a mãe e os irmãos terem incontáveis espaços

negados, já sentia a solidão na escola quando ninguém queria sentar perto ou que fosse parte de trabalhos coletivos, e que sentiu, de modos tão diversos e profundos, as dores do racismo.

Daí a importância de estudar os diferentes marcadores juntos pela relação que estabelecem entre si, já que “não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constituída dela” (BRAH, 2006, p. 351). Do mesmo modo, dentro de uma abordagem interseccional, é fundamental identificar e esmiuçar os espaços em que os corpos dessas sujeitas estão circunscritos - nesse caso, num lugar de privação de liberdade - e de que maneira eles incidem sobre seus processos de subjetivação, como é melhor discutido no próximo capítulo.

3. Fiquei de toca¹³ e a polícia me prendeu

25 de março de 2018. 14h30.

- *Há quanto tempo a adolescente está na Casa?*
- *A adolescente ingressou há 1 ano, 6 meses e 17 dias, Meritíssimo.*
- *Houve evolução no aspecto subjetivo?*
- *Sim! Houve evolução acima da média. Ainda destacamos que a adolescente apresentou potencial em diversas competências comportamentais, como iniciativa, criatividade e responsabilidade.*

Uma mesa retangular, com as pontas arredondadas e comprida. Em torno dela, advogado, psicóloga, defensora pública, assistente social, assistente de direção. Todos do CASEF. Logo em frente, sob um piso mais elevado e atrás de uma mesa de tribunal, uma promotora de justiça do Ministério Público, um juiz de direito e um relator. Nenhuma interferência até que o juiz ordene.

Ok. Pode chamar a adolescente.

Kaille é levada por uma agente socioeducadora. Vê nos pulsos as marcas das algemas que agora são tiradas. Lembra de Bibiana contando chorosa de sua primeira audiência.

Minha filha me viu na audiência e eu estava algemada. Daí ela botou a mão no meu pulso e perguntou "que ixeu mãe?", daí eu falei pra ela que era minha pulseira, que não era pra ela olhar, que eu não gostava que ela olhasse pra minha pulseira, né. Daí ela virou pro lado e disse "deu, mãe?", e eu bem assim "não deu ainda, vai indo na frente que a mãe já vai lá". Daí ela me esperou numa sala lá onde eu tive audiência e eu cheguei e tiraram as algemas na frente dela e ela ficou olhando pra minha mão que ficou marcada, né... daí ela ficou olhando pra mim e

¹³ Gíria que expressa ficar de bobeira, esperar por algo que não acontecerá, ser enganado.

disse "dodói", daí eu disse pra ela que não era dodói. Depois ela ficou cuidando de novo quando me botaram algemas perguntando pra minha mãe o que que era também. Daí o que que minha mãe ia dizer? E minha mãe disse que não era nada pra ela, daí eu dei um beijo nela e disse "tu não vai mais ver a mãe de pulseira, tá?", daí ela disse "tá bom", mas... fica difícil assim também, e ela perguntando o que que é algema pra mim...

Marcas nos pulsos, silêncio, "gente importante" com os olhos voltados para si. Kaille vestia sua melhor roupa e a avó a acompanhava, mas isso não era suficiente para que não sentisse as pernas bambas. Era hora de decidir sua vida. Ou melhor, de decidirem sua vida.

As progressões ou não das medidas socioeducativas que as jovens cumprem, as permissões ou impedimentos a determinadas atividades ou visitas, são deliberados de acordo com seu desempenho no alcance das metas. Esse era o momento de Kaille saber se as metas tinham sido alcançadas.

O que tu já refletiu nesse tempo de FASE?

Uau! Por onde começar?

A primeira coisa que lhe ocorreu foi a faxina. Antes da entrada no CASEF, essa nunca tinha sido uma preocupação para Kaille. A avó cuidava de algumas tarefas e outras apenas ficavam por fazer permanentemente. No segundo dia na Casa, já foi apresentada à rotina de faxina. Banheiros, quartos, corredores, sala, refeitório, salas dos técnicos e das chefias, escola, pátio, salão de festas. A limpeza de toda a casa é de responsabilidade das adolescentes e está organizada a partir de um escalonamento onde, semanalmente, as mesmas se revezam em relação à atividade que lhe compete. Conforme as Normas Gerais do CASEF, a escala, feita no plantão de domingo, designa algumas meninas para a limpeza do refeitório, que compreende lavar a louça, fazer a limpeza da mesa, dos bancos, da pia, da parte interna do balcão, passar pano no chão, lavar e passar os panos. A que fica incumbida de secar a louça também deve deixar as estantes e os armários organizados, tirar o pó, varrer o chão e organizar os panos de prato. Para o banheiro e corredor, é escalada uma adolescente que seca o box logo depois do banho da manhã das outras, recolhe o

lixo, limpa os vasos sanitários, pias e espelhos, varre o corredor e passa pano no chão. Essa adolescente deve fazer dois retoques dos lugares que limpou ao longo do dia. Também são escaladas meninas para lavar os panos utilizados para os retoques. Essas são atividades diárias. Entretanto, aos sábados é realizada a faxina geral, onde, além das atividades diárias, as adolescentes limpam as paredes, o teto e o chão dos espaços comuns a elas. No refeitório, é preciso, ainda, que o chão seja escovado, e os ventiladores, portão, armários, estantes, janelas, vidros, poltronas, bancos, mesas, balcão da pia, forno, eletrodomésticos e alumínio, sejam todos lavados. Além desses espaços, esse protocolo de limpeza se repete no espaço administrativo da casa, que corresponde à recepção, salas de atendimento, dos técnicos e chefia, sala de reuniões, banheiros e corredor. Cada uma também é responsável pela limpeza semanal do próprio quarto, em que devem limpar seu armário, as paredes, o teto, as janelas, os vidros, o chão e a porta, além de passar cera e lustrar o chão.

O que não falta é atividade. Por certo, as posições nas escalas não são totalmente horizontais. Uma das atividades mais acirradas é a fiscalização, na qual, após a conclusão de cada escala, a adolescente responsável por essa demanda é chamada para averiguar se o trabalho foi bem executado, o que inclui revistar calcinhas, sutiãs, meias, toalhas, panos, e todos os outros objetos e locais que foram limpos por outras. Podem ocupar essa função adolescentes que tenham sido bem avaliadas e estejam demonstrando bom comportamento. Kaille foi entendendo que a tarefa da fiscalização tinha certos privilégios. Adolescentes mais íntimas da fiscal da semana, por exemplo, muitas vezes, não recebiam olhares tão rigorosos nesses momentos, enquanto as que tinham desafetos com ela podiam ser prejudicadas, já que, quando a atividade é indicada como não bem executada, a adolescente responsável sofre alguma punição.

Em seguida, Kaille lembrou das festas. Quando entrou no CASEF, as festas já eram só para as adolescentes. Algumas filas de seis ou sete cadeiras espalhadas pelo pátio, comes e bebes, familiares junto a algumas das meninas, um show de alguma banda da região, geralmente de rock ou MPB. Ao menos, ao que não falha a memória, Kaille não se recordava de já ter ouvido funk ou rap por ali. Ouvia dizer que era para se desprender dos vícios antigos, já que as músicas que ouviam estavam relacionadas aos hábitos “da rua”. Era um misto de sensações. Por um lado, era um momento diferente na Casa, de confraternizar, rir, circular mais livremente, assistir a um show. Por outro, era um modo de se divertir muito específico que não pertencia ao seu

repertório de vida. Não conhecia as músicas, estranhava os lugares bem posicionados para estar à vista das socioeducadoras, não podia ter conversas ou sentar mais reservadamente com alguém, tampouco flertar. Antes, contudo, como ouviu de Maiara, as festas eram mistas. Os meninos em cumprimento de medida socioeducativa também podiam participar. Inclusive, as meninas até podiam ficar com um dos rapazes. Um. Não podiam ultrapassar esse limite.

Mas a primeira coisa que eu vou falar pro juiz vai ser das festas? Não, né, Kaille. Pensa, pensa, pensa.

Ah é! Tinham as mulheres da igreja que iam lá semanalmente. Kaille nunca teve esse costume, mas, mesmo que ninguém dissesse explicitamente, era como se orar fosse parte da sua redenção. Então, uma vez por semana, pedia perdão pelos seus erros e iluminação para que não voltasse a pecar. Suélen, no entanto, não tinha esse espaço. Era de religião de matriz africana. Inclusive comentava com Kaille que temia dizer isso abertamente para as pessoas porque já tinha sido muito hostilizada. Um dia, de tanto ouvir que o Estado era laico quando falava sobre o preconceito que sofria com suas crenças, questionou uma socioeducadora sobre o significado. Continuou sem entender nada.

Como diabos o Estado é essa coisa de laico se na escola que eu estudava tinha Ensino Religioso que só rezava pra um Deus que nunca foi o meu? Aqui mesmo... ninguém nunca falou dos meus orixás.

Kaille sabia que isso era errado com Suélen, mas já tinha ouvido que ali *cada uma faz a sua*. Em outros momentos, paradoxalmente, a instituição enfatizava que eram um grupo e precisavam se ajudar.

A cabeça fez um click.

AHHHHH, já sei!

Como ela não tinha lembrado de uma das coisas mais preciosas que tinha aprendido? Cuidar de si! Quando chegou ao CASEF, lembra de alguém lhe dizer que ela ia aprender sobre higiene pessoal, já que ali tinha um espaço destinado a um salão

de beleza. Para além do banho e dos cuidados básicos com o corpo, ia fazer as unhas, se depilar, aprender quais roupas eram ou não apropriadas para determinados espaços, etc. A memória pausa por uns segundos e se transporta para o dia em que Suélen discute com uma ASE porque preferia cuecas a calcinhas como roupa íntima. Mais tarde ficou sabendo que essa tinha sido uma questão que perdurou na instituição por algum tempo, em diversos espaços.

Ah, também tem a coisa dos medicamentos. Quase todas as meninas têm prescrição de antidepressivos, antipsicóticos e/ou ansiolíticos. Para ninguém surtar, né? Até aí Kaille achava que era um cuidado mesmo. Mas teve a vez que Betina se recusou a ir numa consulta ginecológica porque não queria tomar pílula anticoncepcional e foi assunto na instituição. Alguns dos profissionais queriam encaminhá-la para a psiquiatria, outros especulavam que era lésbica. Enquanto isso, ela dizia para Kaille que nunca tinha ido, não sabia como era e ficava com medo que entupissem ela de remédios. E era só isso.

Kaille dá uma sacudida na cabeça para expulsar os pensamentos que não lhe deixam formular uma resposta.

Volta, volta, volta.

Ah, sim, cuidar de si! A prova de que tinha aprendido a fazer isso tinha sido o concurso de beleza que teve no CASEF. Umhas semanas antes, Kaille ainda não sabia se queria participar ou não; nunca tinha sido muito ligada nessas coisas, apesar da vaidade denunciada pelos olhos cor de mel, quase sempre pintados antes da entrada na Casa, e pela tatuagem de carpa na panturrilha que, sempre que podia, se orgulhava em exhibir. Foi vendo a mobilização das outras adolescentes e tomando coragem, muito incentivada por Suélen. Até que chegou o dia! Dez adolescentes estavam inscritas. Arruma o cabelo aqui, faz as unhas lá, escolhe a roupa ali. Tudo muito descontraído. Uns risos amarelos para disfarçar as olhadas no espelho procurando corpo “fora do lugar” para tapar, marcas nos rostos calejados para esconder, fios desgovernados para alisar. Diferentes grupos iam acontecendo, dois mais explicitamente: o das que estavam muito seguras sobre estar nas primeiras colocações, e o outro, que até tinha aceitado participar, porque queriam se enxergar bonitas, mas olhavam para as outras e voltavam à etapa de se questionarem sobre a aparência. O primeiro grupo, que devia contar com três ou no máximo quatro

adolescentes – todas brancas e magras –, não fazia tanta questão de esconder as tensões e o clima de competitividade. O segundo era mais diverso, e as adolescentes que o compunham – inclusive Kaille – sentiam a angústia que a competição trazia, incidindo em linha reta nos olhares - próprios e dos outros - sobre seus corpos. Aconteceu que ficaram umas falando que as outras eram isso e aquilo, e as outras dizendo que as umas eram aquele outro e muito mais. Venceu Manuela, branca dos cabelos pretos lisos, a mais alta e magra dentre as que participaram. A partir daí, Kaille decidiu que precisava prestar mais atenção em si e mudar sua imagem. Era assim que as pessoas iam reconhecê-la e admirá-la, afinal. Manuela, inclusive, tinha conseguido namorar um Nike¹⁴ porque era estimada pela sua aparência.

Tá, isso é importante, mas não vou dizer pro juiz como agora estou mais bonita, né?

Ah, óbvio! Tem a família, né. A avó de Kaille costumava ser frequente nas visitas, o avô nem tanto. Pensa em Maiara, para quem a situação era mais complicada. Dentro de todo o caos da relação, o pai era quem, vez ou outra, muito pela distância geográfica, a visitava. Dentro da instituição, ela sentia que recebia um tratamento diferente por estar na segunda internação e tinha desabafado com Kaille uns dias antes dessa audiência.

Essa volta foi péssima, sabe, porque todo mundo diz que não julga, mas as pessoas não precisam falar, dizer palavras pra te julgar, o olhar das pessoas... Porque tem aquele olhar de decepção ou aquele sentimento “será que a gente errou? Será que a gente fracassou?”. Eu me sinto mal porque eu preferia que eles tivessem ficado com aquela minha imagem, não com a imagem que eu mostro hoje. Eu às vezes não entendo, agora eu discuto, antes eu não discutia, todo mundo me adorava. Esses dias, uma chefe de equipe falou que eu era feia por dentro... Ela falou assim “ai, como tu tá bonita”, eu falei “ah, eu sou linda!”, ela falou assim “ah, mas se tu tivesse com a tua prima, tu ia estar mais bonita”, aí eu falei

¹⁴ Em uma das oficinas de produção de histórias, as adolescentes se referiram aos rapazes com quem já tinham se envolvido, ou por quem tinham interesse, a partir de marcas de tênis. Produzia-se uma hierarquia entre as próprias marcas, que, por consequência, classificavam e criavam identidades aos adolescentes que os calçavam. Um “Nike”, nesse sentido, ocupada o topo dessa escala afetivo-sexual.

“mas eu estou sempre linda”, daí ela falou “mas eu não estou falando por fora, estou falando por dentro”. Pra mim, ela quis dizer que eu era feia por dentro. Daí eu fiquei pensando “será que eu estou fazendo assim pras pessoas verem? Será que eu quero que elas se afastem? Que que eu quero?”. Só que eu não sei.

A prima de Maiara foi quem a recebeu quando a menina saiu da primeira internação. Tinha boas condições financeiras e morava em bairro nobre. Mas aquela vida nunca pertenceu à Maiara. Sentia-se constantemente vigiada e marcada pela vizinhança. Fugiu. Maiara continua:

Acho que eu estou muito petulante, estou respondendo... Eu sou questionadora. Antes eu não questionava tanto, mas eles juntam tudo e dizem que eu sempre fui, mas não, tanto que, da outra vez, eu fui desligada reto¹⁵. Agora o juiz deu minha ICPAE toda fechada, toda! Ele disse “3 meses fechado e nos outros 3 meses ela só pode fazer VD em Porto Alegre”. Como é que eu vou fazer VD em Porto Alegre? Eu não tenho casa em Porto Alegre, meu pai não tem condições de pagar um hotel pra ficar 3 dias comigo. Então é ICPAE fechada¹⁶. E, quantas vezes eu já pensei, quando eu vou pro meu curso¹⁷? Eu já pensei em ir embora do meu curso, com certeza, quantas vezes não pensei... Mas daí eu penso “do que vale? do que vai valer?” Nada, eu vou perder as minhas oportunidades, meus serviços... Só que eu me questiono muito... Ah, não tem como a gente se perguntar “ah, tu tá preparada?”, a gente nunca vai estar preparada. Da outra vez, eu pensei que eu estava, sabe, mas a gente nunca vai estar preparada pra vida, não tem como tu estar preparada pra vida. Só que o juiz me priva... Eu falei pra ele que, mesmo

¹⁵ De um modo geral, quando da audiência de progressão de medida, as adolescentes em cumprimento de medida de internação sem possibilidades de atividade externa são realocadas em medidas mais abertas, como a ICPAE ou a Semi-liberdade. Nesse caso, ser “desligada reto” significa que a adolescente foi desligada da instituição sem que precisasse progredir da medida de internação fechada para alguma dessas mais abertas.

¹⁶ A ICPAE possibilita às adolescentes a participação em algumas atividades externas à instituição, que inclui visitas às suas famílias nas respectivas cidades, a depender da avaliação que recebem durante as semanas. No entanto, o juiz possibilitou à Maiara apenas visitas domiciliares em Porto Alegre, que não é sua cidade de origem. Por isso, ela se refere à sua medida como ICPAE fechada.

¹⁷ Na audiência de progressão de medida, o juiz ofereceu à Maiara a possibilidade de realização de um estágio no Fórum. Esse seria o curso a que se refere.

eu amando muito o meu irmão, eu sinto que... Se tu quer fazer o certo, tu não pode andar com as pessoas erradas, né...? Porque as coisas erradas são que nem um câncer, é pequenininho, pequenininho, vai crescendo até não dar mais. Só que aí também eu comecei a refletir: tá, mas o que é socioeducação, então? Se eu estou aqui pra ser reeducada, pra aprender a conviver em sociedade, como que eu vou ficar “ah, não, a Maiara tem que ficar longe de tal e tal coisa?”. Eu tenho que aprender a conviver sem misturar. Não é que meu irmão vai estar traficando e eu vá estar ali com ele, mas tipo, posso falar com ele, “ah, oi, como é que tu tá? tá bem?”, posso ir pegar as minhas sobrinhas, posso ir visitar meu pai, posso ir na minha cidade. Eu entendo, eu consigo separar, não posso ir morar com a minha cunhada de novo, não posso ir ver a minha cunhada na cadeia, isso aí não dá, porque eu tenho certeza que alguma coisa ele vai querer. Mas eu também tenho que aprender. Como é que vão me educar longe da minha família, sabe?

Kaille não sabia responder. Ficou visivelmente sensibilizada com essa memória de Maiara, mas agora precisava dar uma resposta ao juiz que lhe encarava com ar de semideus guardando poder sobre o futuro que a aguardava. Tudo treme.

Ah, eu aprendi que eu não quero isso pra minha vida e nem quero minha avó tendo que ir me ver na porta de cadeia. Aprendi que o que eu não quero pra mim eu também não quero pros outros. A FASE me proporcionou várias coisas. Sei que só tem dois caminhos: o certo e o errado. E a gente erra de verdade, eu mesma era muito sem limites, mas depende das tuas atitudes, de pensar se está andando com boas companhias. Eu quero fazer alguma coisa pra que a sociedade me aceite de volta, pra que eu seja o que eles esperam que eu seja. Quero ser a menina que eu era... estudiosa. Quero trabalhar. Uma coisa natural pra todo mundo, estudar e trabalhar, né...

Hora se dirigindo à adolescente, hora à equipe que a acompanhava, o juiz responde:

Está bem, Kaille. A ociosidade é oficina do diabo, né. Vamos ter que pensar com a equipe alguma coisa pra essa menina fazer. Os meninos participam da escolinha de futebol, as meninas podem fazer algo com artes... vamos avaliar. Acredito que o tempo que tu passou no CASEF tenha te ajudado a refletir, então vamos encaminhar teu desligamento e fazer um planejamento da tua nova vida. O CASEF salvou essa menina. Te desejo boa sorte na caminhada fora da Casa, com muita responsabilidade e a cabeça no lugar. E vou te dizer uma coisa... nem parece que tu cometeu ato infracional, parece uma adolescente normal. Continua assim, com a cara limpa!

3.1. Belas, recatadas e do lar: considerações sobre performatividades de gênero e sexualidades possíveis a jovens encarceradas

O apelido “casa de bonecas” para o CASEF já denuncia para quem ela é feita - para bonecas, e não bonecos. Tal como na brincadeira de casinha, há regulações específicas para que a casa se mantenha organizada. Nicole Rafter (2004), ao escrever sobre as prisões femininas nos Estados Unidos, sustenta que, além de precisarem cumprir leis criminais e regras prisionais que se apresentam em maior número para as mulheres, às presas também é exigida obediência a padrões de feminilidade, modulados em sua intersecção com raça e classe social. No decorrer da pesquisa, fui percebendo como as regulações impostas no CASEF eram diferentes dos CASE masculinos, onde já tinha podido trabalhar.

Rizzini e Rizzini (2004) introduzem, em seu artigo, uma discussão importante acerca das relações de gênero e sexualidade em asilos/orfanatos no Brasil, através de um estudo histórico, no qual consideram alguns recortes a partir de marcadores sociais de classe e raça/etnia. As autoras explicam que algumas dessas entidades se restringiam à proteção e educação de meninas órfãs, pobres e filhas de legítimo casamento, o que consistia numa designação simbólica da perda do protetor - o pai - , já que cabia a ele garantir um bom casamento para suas filhas, assegurando, assim, um lugar social de maior prestígio para as mulheres. Dessa forma, os asilos se comprometiam em oferecer, para tais órfãs, uma educação voltada para o lar, para a preparação do enxoval de casamento e atribuição do dote, a fim de representarem

bem o lugar social que lhes era conferido. As outras, filhas naturais de mães pobres, eram consideradas *indigentes* ou *desvalidas*, para as quais, inicialmente, eram reservados asilos separados. Também eram segregados os espaços para as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”. Ao primeiro grupo, era destinada formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa, enquanto que o segundo se limitava à formação de empregadas domésticas e semelhantes. As hierarquias sociais ficavam bem demarcadas, já que cada categoria circulava pelos seus próprios espaços, “com suas distinções entre livres e escravos, brancos e negros, homens e mulheres” (RIZINNI & RIZZINI, 2004, p. 26-27). Além disso, o controle sobre a sexualidade feminina era operado vigorosamente nessas instituições estudadas pelas autoras, onde, inclusive, o contato com o mundo exterior era muito dificultado. Tal controle perdurou mesmo no século XX, quando foram criados os órgãos nacionais de assistência, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964.

Desde o ECA (1990), as medidas protetivas e socioeducativas aparecem em esferas diferentes. Atualmente, é impensável a segregação explícita por classe e/ou racial nos espaços voltados a sua aplicação, ainda que tais marcadores produzam especificidades nos corpos e lugares que os mesmos ocupam. Por outro lado, ainda perdura uma tecnologia do corpo que se preocupa em mantê-lo circunscrito em determinadas fronteiras da expressão do gênero que seja tida como “adequadamente” feminina, como aparece na exigência do uso de calcinhas pelas meninas (e não de cuecas, por exemplo), na expectativa das unhas feitas e de linguajar sem uso de *palavrão*.

Foucault (1999), no curso “Em defesa da sociedade”, discorre sobre o poder disciplinar, que é estabelecido pela dinâmica de guerras e sustentado pelo trabalho, onde se mantinha uma preocupação e zelo com a própria vida. Dessa maneira, o soberano surge, justamente, pela necessidade dos indivíduos de preservação da vida. O poder soberano se configura, desse jeito, como o direito de vida e de morte: ele pode fazer morrer e deixar viver. É através do direito sobre a morte - por poder matar - que o soberano exerce direitos sobre a vida dos seus súditos. Há, no entanto, uma rearticulação dessa insígnia a partir das transformações do direito político no século XIX, que se transforma no poder de fazer viver e deixar morrer, daí o surgimento do biopoder. Diferente do poder soberano, o biopoder é um tipo de poder regulamentador

que intervém para fazer viver, mantendo sob controle possíveis acidentes e fazendo com que a morte, assim, passe a fazer parte, cada vez mais, do domínio do privado.

Em sua análise sobre o poder que incide sobre os corpos, Foucault (1988) descreve a *anatomopolítica* do corpo como um dos pólos de poder sobre a vida desenvolvido a partir do século XVII, centrado no corpo como máquina, “*no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos*” (p. 131). A disciplina, que recai sobre a unha do pé e se estende até o fio de cabelo, deixou de ser a do suplício onde o direito de morte garantia o direito de vida soberano, e se exerce sobre a minúcia do corpo. Conforme coloca Foucault (2014),

Uma ‘anatomia política’, que é igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (...) A disciplina é uma anatomia política do detalhe. (p. 119-120).

Na outra face do biopoder, localiza-se a biopolítica: uma centralização no corpo-espécie que envolve a preocupação com processos biológicos como a natalidade, longevidade, mortalidade, saúde pública, higiene, alimentação, sexualidade, costumes, segurança etc., e as diferentes condições que podem produzir variâncias neles, que, por fim, implicam num controle do corpo e numa gestão da vida. Esses processos acontecem a partir de uma série de intervenções e mecanismos reguladores, e promovem uma biopolítica da população, que não precisa mais se utilizar de meios de punição para a correção, mas investe em modos de transformação dos indivíduos. Essas tecnologias do comportamento agora permitem que a sociedade possa classificar, a partir de um sistema de normalização dos modos de existência, o que é normal e o que é patológico (FOUCAULT, 1988).

Como aponta o Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, a questão disciplinar opera no sentido de viabilizar um projeto coletivo e individual, e as orientações exigem que as normas e regras estejam expostas de modo claro e minucioso. Para isso, são elaboradas leis específicas que regulamentam a execução das medidas socioeducativas, bem como os regimes disciplinares. Dessa maneira, para a compreensão dos poderes e práticas

disciplinares no âmbito da socioeducação, é importante entender como se desdobram e se diferenciam as categorias de norma e lei.

Joel Birman (2015) em uma leitura de Deleuze e Foucault acerca das relações entre norma e lei, retoma historicamente a constituição do conceito de lei, dado na Antiguidade grega, e o de “norma”, apontado como um conceito da modernidade. O autor indica que a constituição do conceito de norma - enquanto aparato de regulação moral e social no Ocidente - se dá, justamente, a partir dos impasses que o conceito de lei sofreu.

Na pré-modernidade, a regulação dos sujeitos acontecia, segundo a análise do autor, desde a categoria de lei - registro secundário -, a qual era entendida como sustento para a existência do Bem - registro primário -, que regia os princípios das leis. Em contrapartida, com a emergência da modernidade, houve uma inversão dessas categorias, de modo que o registro das leis - que antes era secundário - não tinha mais como base o Bem supremo, considerando que o Bem, a partir daquele momento, passou a ser uma consequência da Lei - enunciada desde então no singular e com L maiúsculo. A lei moderna remetia, então, à ordem do indeterminado, da natureza e da ética, onde os limites da lei se cruzariam com o domínio da transgressão e, conseqüentemente, da culpa. Não há, nessa compreensão, uma relação entre o sujeito e a lei pela justiça ou pela libertação, mas pela culpa. Nesse sentido, o princípio da lei moderna a partir de sua indeterminação, ao invés do Bem, seria o Mal (BIRMAN, 2015).

Foucault (1994) argumenta que a transgressão constituinte do sujeito na modernidade decorria da “morte de Deus”. Com isso, o fundamento da concepção de lei se perde e não há possibilidade de orientar e nortear o sujeito. Como Birman (2015, p. 11) sugere,

a transgressão não seria o ultrapassamento dos limites bem estabelecidos realizados pelo sujeito, mas aquilo a que este estaria destinado na aurora da modernidade, quando se produziu a “morte de Deus”. Estaríamos então fadados à transgressão pela inexistência de qualquer limite e inexistência de qualquer lei que pudesse nos dizer de maneira absoluta o que é o certo e o que é o errado, separando por uma linha divisória absoluta os registros do Bem e do Mal.

Além da transgressão permanente, a regulação normativa do sujeito moderno pelo outro é apontada como mais uma consequência da falta de fundamento ético na modernidade, “o registro da vida passou a ser concebido pela relação com o seu limite, isto é, a morte, que deteria como tal os segredos daquela” (BIRMAN, 2015, p. 11-12).

Assim, revela-se o campo da finitude como condição do sujeito moderno, sendo os polos entre a vida e a morte atrelados à transgressão. No entanto, outros instrumentos e técnicas seriam necessários para regular a transgressão que não mais os da lei. Surgem, então, as categorias do normal, anormal e do patológico. As práticas de normalização, ancoradas no conceito de norma, emergem como regulações das transgressões e da finitude do sujeito através dos discursos do saber e do poder. Foucault (1999) analisa as tecnologias disciplinares que agem diretamente sobre o corpo sujeito, e que tentam “reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos.” (p. 289).

Ao final do século XVIII, essas tecnologias passam a ser aplicadas nas epidemias. Logo depois, no século XIX, a medicina e a higiene passam a ser dois campos importantes de saber, já que ambos incidem sobre os processos biológicos e orgânicos, sobre a população e sobre o corpo. Dessa maneira, a medicina se constitui enquanto uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder disciplinares e reguladores sobre o corpo e a população, tornando-se responsável pelo surgimento da idéia de sociedade de normalização. Moreira et al. (2014) sugerem que as normas - ideias construídas às quais se concede o status de verdade - transitam pelos diversos eixos do poder e, em torno delas, as pessoas são estimuladas a moldar e fabricar suas vidas. De acordo com Foucault,

(...) o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a «norma». A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. (1999, p. 302).

A anatomopolítica do corpo, nesse sentido, é feita de carne, osso e gênero. A disciplina situa quais usos são permitidos àqueles corpos ou, para utilizar o conceito de Judith Butler, quais performatividades de gênero serão colocadas em ação. Quanto mais próximos os corpos em privação de liberdade no contexto do CASEF estão de uma inteligibilidade de gênero tida como feminina, mais próximos ficam da “reinserção social” que prevê a socioeducação. Por essa via, performar uma feminilidade dócil, comportada, “vaidosa” e heterossexual se torna um marcador institucional de recuperação, como se o ato infracional praticado por uma adolescente denunciasse

não só a transgressão de um indivíduo a uma lei, mas a de um corpo generificado a uma norma.

As práticas socioeducativas vão sendo, assim, moduladas a partir de discursos¹⁸, desde os que teorizam as normas e os que se aplicam na prática, até os hiatos entre essas duas intervenções. No início do campo, as adolescentes do CASEF limitavam o número e o gênero das bocas que poderiam beijar nas suas festas seguindo uma regulação que a instituição determinou. Nesse sentido, ainda que não em termos de lei, padrões de um “bom comportamento” - que incluem um distanciamento do que pode ser considerado vulgar e uma prática exclusivamente heterossexual -, é uma norma discursiva que está operando. Dessa maneira, o que se diz sobre o sexo não se trata apenas dos mecanismos de poder projetados, mas dos discursos pelos quais se articulam poder e saber (FOUCAULT, 2015).

Conforme propõe Foucault (2004), o poder das instituições inscreve os sujeitos em discursos considerados pertinentes ou não a partir das circunstâncias sociais postas. Por esse viés, o autor (2004) nos remete ao sistema educacional – nesta pesquisa, em especial, com um recorte às Medidas Socioeducativas - que, não raramente, pode se apresentar como um espaço de acesso aos discursos e aprendizagem da reprodução deles. O ponto é que nem todos os discursos são consentidos e, conseqüentemente, acessíveis dentro desse contexto. Não são todas as igrejas que podem entrar, nem qualquer banda que pode ser convidada para as festas, nem qualquer pesquisa que tem fácil acesso¹⁹.

A permissão e o impedimento se caracterizam pelos horizontes que demarcam os distanciamentos, os contrastes, as oposições, as diferenças, que também são trazidos através das lutas sociais. Por conseguinte, o sistema educacional carrega consigo o poder de preservar ou alterar os discursos no seu processo de apropriação.

¹⁸ Por discurso aqui é tomado o entendimento de Butler que, no seu uso “está não apenas se referindo à “fala” ou à “conversação”, mas especificamente às formulações de Foucault sobre o discurso como “grandes grupos de enunciados” que governam o modo como falamos e percebemos um momento ou momentos históricos específicos. Foucault compreende os enunciados como eventos reiteráveis que estão ligados por seus contextos históricos. A sua obra busca as continuidades entre enunciados que, juntos, constituem formações discursivas, tais como “medicina”, “crime”, “loucura”. Foucault está interessado particularmente nas posições de sujeito pressupostas pelos enunciados e no modo como os sujeitos são discursivamente constituídos. (...) conceitos tais como “loucura”, “crime” e “sexualidade” são construtos discursivos que deveriam ser analisados no âmbito do contexto ou da mudança histórica específica em que ocorreram.” (SALIH, 2015, p. 69).

¹⁹ Perto de finalizar a pesquisa de campo, tomei conhecimento de outra pesquisa que, rapidamente, tinha se iniciado no CASEF. Tratava-se, de acordo com conversas informais com profissionais da instituição, de uma investigação de fatores relacionados ao comportamento criminoso, a partir de testes e questionários, com o objetivo de mapear o perfil de adolescentes que cometem atos infracionais.

Resta-nos descobrir junto com Foucault (2004) qual é a ação intimidatória que acontece através do saber, tendo em vista que o sistema educacional – mais especificamente, as realidades socioeducativas – oferece(m) um espaço de apropriação social de discursos.

3.2. Dispositivos disciplinares da socioeducação [feminina]

De acordo com João Batista Saraiva (2009), o ECA é dividido em três sistemas de garantias. O Sistema Primário, responsável pelas Políticas Públicas de Atendimento a Crianças e Adolescentes, que é um sistema universal; o Secundário, que diz respeito às Medidas Protetivas, apresentadas no artigo 101 do Estatuto, as quais se voltam a crianças ou adolescentes vítimas de algum tipo de violência (incluindo omissão ou abuso); finalmente, o Sistema Terciário, que comporta as Medidas Socioeducativas e que, aos poucos, foi tomando forma de política pública voltada a adolescentes em conflito com a lei. Quando falamos em medidas socioeducativas estamos, portanto, discutindo política pública, particularmente em termos de ações voltadas à adolescência.

Como menciona Sposato (2004), as medidas socioeducativas e seus programas de execução têm incidência, duração e lugares limitados, já que não se aplicam a todos/as os/as adolescentes tampouco por todo o período da adolescência aos/às que praticaram ato infracional. A política socioeducativa, assim, é apenas uma dentre as demais ações políticas direcionadas à juventude no Brasil²⁰.

Tratar de política socioeducativa, desse modo, implica pautar o sistema de responsabilidade juvenil em vigência, os mecanismos de controle social aos quais estão subordinados/as os/as adolescentes e as ações com fins preventivos que pretendem reduzir a vulnerabilidade a que esse público está exposto. A medida socioeducativa é, nesse sentido, a resposta sancionatória do Estado ao delito praticado por um/a adolescente, que cumpre o papel de controle social, a fim de evitar que a prática infracional se repita (SPOSATO, 2004). Pensando em especificidades

²⁰Como exemplos, cito o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); Programa Universidade Para Todos (Prouni); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Programa de Financiamento Estudantil (FIES); Educação e Jovens e Adultos e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec); Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego

geracionais, a política socioeducativa, como será retomado adiante, também conforma a categoria de adolescência.

Com o objetivo de padronizar a execução das medidas socioeducativas em todo o território nacional, é publicado, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), instituído através da Lei nº 12.594 em 2012. É ele quem torna o PIA – Plano Individual de Atendimento – obrigatório em todas as unidades socioeducativas. De acordo com o Sinase,

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social [...] Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente. (2006, p. 52).

O PIA, portanto, é instituído enquanto um instrumento que prescreve ao/à adolescente em conflito com a lei o planejamento e execução de metas.

A velha fórmula disciplinar tal hora acordar, tal hora rezar, tal hora estudar, é atualizada pelo empreendedorismo. É como se a gestão do tempo, utilizada pelas sociedades disciplinares, não bastasse mais, tornando necessário agora uma espécie de gestão de si, autogestão. (RANIERE, 2014, p. 36).

Como estabelecem as diretrizes pedagógicas de atendimento socioeducativo, a disciplina, nesse contexto, é um recurso norteador (BRASIL, 2006). O SINASE ainda estabelece que ela é importante não só para o sucesso pedagógico como também para formar um ambiente socioeducativo difusor de cultura e conhecimento, indo além da objetivação da manutenção da ordem institucional. É cabido retomar, aqui, que grande parte das atividades que fazem parte da rotina das adolescentes do CASEF são fiscalizadas por elas mesmas, tal como a limpeza dos quartos e outros espaços, como das roupas.

No contexto do CASEF, a fiscalização de umas às outras poderia ser caracterizada pelo que Foucault (2014) descreve como uma forma disciplinar que surge a fim de docilizar e adestrar os corpos através do olho que tudo vê, do panóptico, para que, nesse sentido, possam se sentir vigiadas ainda que apenas na presença de seus pares, sem, necessariamente, demandar que um funcionário esteja ocupando a torre central. Por outro lado, ao mesmo tempo em que as adolescentes reproduzem

esse modelo de fiscalização a partir da observação uma da outra, também se criam coalizões que produzem outros nortes que não a vigilância, como uma colaboração com a outra para que não receba uma AV quando o quarto não está completamente adequado ao que as regras da casa exigem, por exemplo. Por essa perspectiva, esse dispositivo toma mais de um sentido e cria ambiguidades.

Para Raniere (2014), no que diz respeito à socioeducação, os Direitos Humanos surgem como um dos mais importantes dispositivos de *governamentalidade* da contemporaneidade.

São os Direitos Humanos, como horizonte, como lugar a se chegar, como terra prometida, que nos fazem caminhar acreditando que estamos fazendo algo de bom para estes adolescentes. Através deles disfarçamos o jogo com nomes bonitos ao estilo do próprio conceito de medidas sócio educativas, mas na verdade a mesma utopia correcional que sustentava as Casa de Reforma em 1927 serve de base hoje aos centros de socioeducação. (p. 85).

Ainda que o ECA traga avanços no sentido contrário ao caráter sancionatório dos reformatórios e que os Direitos Humanos sejam um importante mecanismo de enfrentamento às práticas de maus-tratos, tortura e punições mais coercivas que antes eram habituais, Raniere (2014) afirma que o caráter pedagógico existiu ainda antes dele. O Código de Mello Matos evidencia a intenção educacional das Casas de Reforma, e do mesmo modo também aparece no código de menores (1979) acerca das Febens.

a governamentalidade moderna coloca pela primeira vez o problema da 'população', isto é (...) o objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, entretanto, não somente uma gestão da população, mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação e eles mesmos e uns em relação aos outros. As tecnologias governamentais concernem, portanto, também ao governo da educação e da transformação dos indivíduos, àquele das relações familiares e aquele das instituições. É por isso que Foucault estende a análise da governamentalidade dos outros para uma análise do governos de si: Eu chamo 'governamentalidade' o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si. (REVEL, 2005, p. 55).

Essa seria uma nova maneira de o Estado garantir a ordem e o equilíbrio com a substituição dos suplícios pela produção de corpos dóceis e, ao mesmo tempo, de mão-de-obra de qualidade para o desenvolvimento econômico da sociedade. A disciplina, nessa ótica, é perpassada pela distribuição de espaços classificatórios, hierarquizados e isolados, que permitam uma máxima vigilância e que aja como dispositivo de controle contínuo. Do conhecimento das práticas da medida de

internação como a vigilância, o constante controle, a fiscalização e a restrição da circulação e da comunicação, é que se cria um tensionamento acerca da efetividade dessas técnicas disciplinares contribuírem, de fato, para um “sucesso pedagógico” tal como propõe o Sinase.

Foucault (1999) acredita nas relações de poder enquanto imanentes, circunstanciais e materializadas em práticas, técnicas e disciplinas, as quais atuam nos processos de subjetivação, a partir de uma circunscrição histórica e social. Acompanhando as análises desse autor, na presente pesquisa tomamos os sujeitos - aqui, em especial, sujeitos em conflito com a lei - como efeitos dessas relações, inscritas nas disciplinas. Ou seja, os processos disciplinares incidem sobre a subjetividade não somente pela via da repressão, mas atuando na sua produção, com aporte dos discursos científicos e normativos, materializados em verdades estanques. Nas tensões resultantes acerca dos direitos humanos de crianças e adolescentes, essa captura da produção de subjetividades, sustentada pelas normas e pelas disciplinas, é uma contingência fundamental às instituições em que se cumprem medidas socioeducativas.

De uma perspectiva mais geral, a lógica do encarceramento é a de um espaço de confinamento de corpos para lhes fazer cumprir uma pena e, ao mesmo tempo, afastá-los do convívio social. Sob um olhar mais próximo, há particularidades no aprisionamento de mulheres, em especial no que se refere às expectativas de comportamento aos papéis sociais nelas incutidos. Em ambos os casos, as prisões femininas em muito se assemelham ao sistema socioeducativo feminino.

Atualmente, as prisões femininas têm mecanismos de controle e punição específicos (SILVA, 2013), que incluem uma disciplinarização desses corpos à feminilização e domesticização. Quando Julita Lemgruber (1999) escreve sobre mulheres que cometem delitos, afirma que

A mulher é vista como transgressora da ordem em dois níveis: a) a ordem da sociedade; b) a ordem da família, abandonando seu papel de mãe e esposa – o papel que lhe foi destinado. E deve suportar uma dupla repressão: a) a privação de liberdade que é comum a todos os prisioneiros; b) uma vigilância rígida para protegê-las contra elas mesmas, o que explica porque a direção de uma prisão de mulheres se sente investida de uma missão moral. (p. 100).

Nas prisões, de acordo com Silva (2013), esse *modus operandi*, sustentado pelos padrões de feminilidade e domesticidade, produz relações disciplinares intensivas. Nesse sentido, as regulações de poder que atuam sobre a construção do

“feminino” produzem modelos de punição e controle específicos para as mulheres se comparado aos homens, principalmente quando suas diferenças de raça, classe, geração, e outros marcadores sociais são considerados. Do mesmo modo, Pat Carlen e Anne Worrall (2004) expressam a visão de duplo desvio aos preceitos dos regimes prisionais femininos de mulheres que cometem crimes, já que infringem a lei e a norma de feminilidade. Esse olhar também contribui na sustentação de uma figura feminina de maior debilidade física e psicológica, e, conseqüentemente, na patologização e medicalização desses corpos.

A maioria, senão todas, as adolescentes do CASEF são medicalizadas. Algumas mais, outras menos. O olho e a fala denunciam onde cada uma se encaixa. Os apelos se dirigem, em especial, aos corpos menos doutrinados e também no sentido de amenizar o sofrimento que o processo de institucionalização produz. De um modo geral, o pedido de medicação surge das próprias adolescentes que, frequentemente, apresentam episódios ansiogênicos e/ou depressivos. No entanto, se há uma recusa, como foi o caso de Betina em relação ao uso de anticoncepcional, a instituição se põe em estado de alerta e rapidamente levanta hipóteses para desvendar e solucionar esse comportamento “suspeito”. Desse modo, ainda que os dispositivos de controle que se aplicam nas prisões femininas sejam os mesmos das masculinas, às mulheres e às meninas também é imposto, de forma particular, outros três tipos de disciplinas: a feminilização, a domesticização e a medicalização (CARLEN; WORRAL, 2004).

Ainda que Foucault (2014) tenha dado uma contribuição significativa em se tratando da docilização dos corpos, seus escritos são voltados especialmente ao sistema penitenciário masculino. Interessa aqui, portanto, pensar na incidência do poder disciplinar sobre a subjetivação de pessoas designadas como meninas no nascimento e vivendo o que será demarcado como juventude. Para Butler (2014), o gênero possui seu próprio regime regulatório, com discursos e funcionamentos específicos, e que, portanto, opera a partir de uma produção distinta dos corpos sexuados.

Nas conversas iniciais com o CASEF, a instituição foi apresentando as atividades que desenvolviam. Logo nas primeiras menções, estavam os hábitos de higiene. O pensamento corre para entender que, por certo, muitas ali não viveram em condições de aprender sobre e de exercer níveis básicos de higiene. Entretanto, há, em seguida, uma complementação da fala que evidencia que, na verdade, se tratava

de pintar as unhas e exercer práticas de “embelezamento” de um modo geral. Nesse sentido, as práticas buscam recuperar um sujeito que é um sujeito feminino específico o qual, possivelmente, se perdeu com a precariedade da vida.

Com base no feminismo pós-estruturalista, não há uma essência na categoria “mulher”, o que, por consequência, não atribui uma essência também às mulheres criminosas. Tomar essas categorias como universais é, inclusive, rejeitar as imbricações resultantes das relações sociais, políticas e econômicas, como se a vida fosse possível em um espaço atemporal e ahistórico. Por outro lado, considerar as intersecções permite que a infração seja tomada também pelas diferentes agências que constituem as adolescentes quando praticam atos infracionais. No entanto, perdura o que parece ser um apagamento da subjetivação dessas sujeitas, uma redução das suas histórias a um ato infracional. As tentativas de resgatar nas meninas a uma essência feminina perdida parecem, então, funcionar como respostas a esse reducionismo anterior.

Um dos primeiros modos de execução dessas práticas na instituição é o momento em que o/a internado/a começa a receber as instruções da casa que Goffman (1992) chama de “sistema de privilégios”. Nesse sistema, as regras da casa são o primeiro recurso que explicita e formaliza as prescrições, proibições e exigências acerca da conduta do/a interno/a. No CASEF, isso aparece a partir das “Normas Gerais”, que são entregues às adolescentes para que se adequem às regras vigentes. No entanto, esse sistema de regulações vai sendo mais impresso no corpo a partir do trato diário de uma com a outra. As mais “antigas” vão instruindo as “novatas”. Para Fachinetti (2008),

Essas normas, que compreendem desde a maneira de falar, de se portar, de ir ao banheiro, de lavar a louça, de limpar o quarto, etc, possuem um duplo sentido para as adolescentes, pois ao mesmo tempo em que elas relatam a grande dificuldade que têm de cumprir todas as normas, elas também funcionam, para as adolescentes, como uma espécie de garantia de que ninguém violará a sua integridade física, na medida em que o controle exercido na instituição não possibilita que haja violência, exatamente o medo que elas traziam antes de entrar na instituição. (p. 176)

À medida que essas performances vão sendo entendidas como ferramentas que produzem diferentes localizações nas relações de poder, elas também vão sendo incorporadas e praticadas pelos corpos que, em geral, essas práticas atingem. A repreensão aparece de variados modos. Pelo olhar, pela fala, pela punição. Ora da instituição, ora de outra igual.

Dentre os contrastes entre as prisões femininas e o sistema socioeducativo, parece haver uma dimensão de temporalidade colocada. A gestão dessa temporalidade é uma gestão do risco das pessoas para o Estado: as meninas serão mulheres. Observa-se, na socioeducação, uma espécie de investimento mais pormenorizado em um futuro das meninas no qual, supostamente, as mulheres já estariam. Por esse caminho, possivelmente algumas das diferenças entre meninas e mulheres encarceradas trabalhe, inclusive, para demarcar quem são as adolescentes - e que proteção e/ou medida de segurança o Estado oferece a elas - e quem são as adultas - e que proteção e/ou medida de segurança também são a elas destinadas.

Dentro da discussão geracional, uma das diferenças mais determinantes do Código de Menores (1979), em relação ao Sinase, refere-se aos modos de compreensão da infância e da adolescência. Nos dias de hoje, a adolescência é encarada como fase primordial do desenvolvimento humano, com demandas específicas de atenção e cuidado. O Sinase (BRASIL, 2006) reconhece a condição de vulnerabilidade da infância e da adolescência, e, nesse sentido, zela pela proteção e pela assistência a condições sociais adequadas para a garantia dos direitos atribuídos às crianças e adolescentes.

Na prática socioeducativa voltada às meninas, essa é uma linha muito tênue. De um lado, paredes rosas e enfeites artesanais em cada porta. De outro, histórias que extrapolam as medidas de “fases do desenvolvimento”. Para Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), o conceito de adolescência emerge de uma construção cultural hegemônica direcionado, especialmente, aos modos de subjetivação produzidos pelo consumo. Para a psicologia, esse é o momento de passagem para a adultez, e a interação de fatores tidos como biológicos dão características mais ou menos comuns a esse momento, como a “rebeldia”, o “sofrimento”, o “drama”. As autoras fazem uma crítica ao conceito de adolescência que aparece muito apoiado numa lógica de subjetivação capitalística, fixado a uma faixa etária e ancorado numa concepção etapista, onde os sucessos e fracassos são sustentados pela correspondência ou não de metas a serem batidas a cada momento do desenvolvimento. Nesse sentido, sugerem que o conceito de juventude está menos colado a esse modo de operar no mundo, e que, ainda, possibilita espaços de questionamentos sobre a forma individualizante que o capitalismo subjetiva os sujeitos.

No tocante a essa seara temporal, cabe acentuar que outros marcadores situam em diferentes lugares “a infância” e “a juventude”, ou, ainda, distintas infâncias

e juventudes. Há marcadores, como o de raça e classe, por exemplo, que se atravessam na compreensão dessas categorias enquanto singulares e universais. As próprias políticas públicas, em certa medida, produzem essas fronteiras: de um lado, a infância e juventude que se busca proteger e, de outro, o resgate de crianças e adolescentes em conflito com a lei. O ato infracional, nesse caso, demarca uma juventude que não é exatamente a que se quer proteger. Ao mesmo tempo, a política fixa uma série de normas em torno da juventude que estabelece outras fronteiras com a infância e a adultez.

Ribeiro (2008) propõe uma análise sobre violência, proteção e diferenciação social de crianças a partir do que ficou conhecida como Lei menino Bernardo. O caso Bernardo²¹ - que recebeu amplo apelo midiático no Brasil - teve grande repercussão e comoção social especialmente pela família compor uma classe econômica mais alta. Ao mesmo tempo, conforme descreve a autora, a mesma condição que impulsiona a comoção no caso – um menino branco de classe média, frequentador da escola - produziu obstáculos à proteção do menino, visto o constrangimento do Estado em intervir numa família de onde não se espera práticas abusivas cotidianas. Assim, nessas divisões morais onde há uma visibilização de famílias mais pobres enquanto maiores agentes dos maus-tratos, algumas crianças serão vistas como “crianças vítimas de violência” enquanto outras serão as criminosas, dificilmente pensadas enquanto maltratadas, e, possivelmente, nem mesmo enquanto crianças.

Por essa via, realocando ao campo desta pesquisa, ao mesmo tempo em que há uma expectativa de construção de uma “casa de bonecas” que reconstitua as jovens do CASEF enquanto uma juventude de boas meninas, não há como não se pensar em que medida essas adolescentes são as que se quer proteger. Por um lado, o trabalho institucional se esforça no sentido de fortalecer os padrões que se esperam de uma adolescente, considerados o seu gênero e sua idade, fazendo apostas para um futuro próximo. Por outro, há que se punir a falta que essas adolescentes tiveram com as exigências que esses mesmos marcadores demandavam. Nesse sentido, a juventude de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa caminha em duas direções: por um lado, a juventude que se quer preservar porque são meninas, e, por outro, a que se quer eliminar visto que não são “boas meninas”.

²¹ O caso pode ser melhor entendido pelo site <<https://www.tjrs.jus.br/casobernardo/#>>

Outros aparatos vão se apresentando enquanto dispositivos de moralização e performance de gênero no CASEF. Os acessos à instituição, não raramente, não concorrem em situação de igualdade e vão delineando quais os movimentos e ações são possíveis, desejáveis e harmoniosos com seu modo de operar. A tramitação burocrática para o início efetivo da presente pesquisa dentro da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE-RS), por exemplo, envolveu inúmeros e-mails e reuniões com apresentação minuciosa das atividades a serem desenvolvidas e fundamentação dos objetivos, além de esclarecimentos posteriores. Esse processo durou cerca de seis meses, mesmo com a inserção prévia em campo, já que as observações já estavam sendo realizadas a um período equivalente a um ano. Por outro lado, desde a década de 90, por exemplo, os evangélicos têm circulado pelas prisões (LOBO, 2005). Desse modo, há indícios de preferências e escolhas do que se diz e espera a respeito do gênero pautadas por valores morais, já que no CASEF, o trânsito de determinadas religiões também é comum. O crescimento das igrejas nas prisões, de acordo com Lobo (2005), vai ao encontro do avanço pentecostal, que tem protagonizado a aproximação a categorias marginalizadas. A conquista desses espaços também diz respeito ao amparo das igrejas sobre déficits do sistema penitenciário, sejam eles materiais ou jurídicos.

Maraschin e Silva (2011) sugerem a configuração de platôs-socioeducativos como partes integrantes para o funcionamento das máquinas de compreensão-execução do trabalho socioeducativo. Um deles corresponde ao Platô Religioso-Correcional-Resgatante-Salvacionista que “*pretende evangelizar o adolescente pecador*” (p. 96) e convertê-lo a uma nova vida. No mesmo sentido, Lobo (2005) sustenta o objetivo religioso de conversão do detento, que passa por um processo de renascimento e de ruptura com sua história pessoal, já que apenas após aceitar Jesus e se converter ele é capaz de abandonar a vida criminosa e tornar-se “nova criatura”. No caso do CASEF, tornar-se “nova menina/mulher”. Essas práticas, no entanto, se tramam muito antes e para além dos muros. O pai de Betina, por exemplo, sempre foi muito religioso e ela conta que, vez ou outra, bebia moderadamente, mas, ainda assim ela “*sabia também que era errado porque o pai não gostava porque era da igreja*” e que “*não era isso o que tinha aprendido*”.

No Brasil, como estuda Busin (2011), a tradição é cristã, majoritariamente católica e com crescimento acelerado das igrejas evangélicas nos últimos anos. Socialmente, muitos valores são definidos a partir da moral cristã, especialmente no

que se refere ao gênero e à sexualidade. Para além das delimitações dos papéis femininos e masculinos diretamente ligados a uma 'natureza humana', fruto de uma determinação divina, o Catolicismo também "*vê a sexualidade como algo intrinsecamente mau, que deve ser tolerado basicamente por ser necessário à procriação*" (BUSIN, 2011, p. 109). Essa visão recai de maneira muito mais acentuada sob a sexualidade das mulheres, que, pela sua natureza, são mais comedidas, puras e menos propensas à "libertinagem". Aparece diariamente nos mais diferentes espaços. No CASEF não é diferente. Luara, adolescente de 17 anos, tinha um namorado quando foi internada. Por infortúnio (ou sorte), cedeu às "tentações da carne" e beijou outra (ou outras) menina(s) no CASEF. A instituição tomou conhecimento e de imediato apresentou as alternativas para a menina: ou ela contava para o namorado ou a instituição se encarregaria de notificá-lo.

O discurso das instituições religiosas há muito propaga rejeição e preconceito a sexualidades não-heterossexuais. Conforme Busin (2011), esses discursos

tem esse caráter poderoso, que serve a múltiplas razões: perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino; criar e manter a fronteira entre o "nós" – determinando o que é normal, portanto aceito ou valorizado – e os "outros", os que fogem à normalização e devem ser rejeitados; criar condições de controle das sexualidades e dos corpos, e, portanto, de comportamentos e pensamentos; oferecer alternativas sagradas, dentro de um vasto mercado religioso, de redenção dos pecados e salvação. (p. 122).

O que restaria a uma adolescente que, para além do pecado de adultério, beijou outra mulher, senão a penitência? Dessa forma, o sistema socioeducativo feminino, ademais das fórmulas disciplinares já descritas, ainda cumpre seu papel no sentido de controlar a sexualidade e "recuperar" o gênero perdido através de atividades oferecidas como a lavanderia, a culinária, a faxina, etc. No entanto, essas são atividades que pouco se alteram se comparadas à trajetória de vida anterior das adolescentes. Por essa via, a socioeducação novamente vai ao encontro do modelo do sistema prisional feminino onde, como Chies e Varela (2007, p. 18) colocam,

As faxineiras voltarão a fazer faxinas em 'casas de família' (caso conseguirem esconder o estigma adquirido); as costureiras poderão fazer 'trabalho para vender fora'; as artesãs serão vendedoras ambulantes de seu artesanato.... e todas estarão 're'integradas e 're'inseridas nos seus 'devidos lugares' no projeto ordenador da sociedade moderna capitalista; se possível, apaziguadas em seus anseios de ascensão social, contudo ainda consumidoras... caso contrário, clientes preferenciais de uma nova intervenção estatal.

Isso posto, aparecem, portanto, as práticas punitivas, de medicalização, religiosas, os planejamentos individuais, e outros dispositivos que surgem nas relações diárias, como uma série de processos por intermédio dos quais se inscreve a recuperação. Nesse sentido, a feminização se coloca enquanto um indicativo da recuperação. No entanto, essa feminização supõe uma espécie de ordenamento da feminilidade, em que é preciso aprender a cuidar do corpo e da higiene, fazer serviços domésticos, vestir roupas adequadas, ser heterossexual e fiel. Desse modo, elas se tornariam, por fim, meninas recuperadas. Porém, há algo que ainda escapa. Mesmo com todo o movimento institucional que, notadamente, se volta a uma certa rigidez, surgiram arranhões que davam pistas à criação de poros. Seja no chute na porta quando da impossibilidade de participar de alguma atividade, nas falas mais desenfreadas em espaços menos vigilantes, na procura da confidência para além da instituição, seja no instante que um beijo entre duas acontece. Tão logo as fissuras acontecem, tão logo são capturadas e tão logo se reinventam.

Pelas aberturas dos encadeamentos cor-de-rosa

Este não é um fim. Estamos diante da impossibilidade de cessar. Muito mais próximos da produção de um meio, dos “entres”, de invenções de rachaduras órfãs de começos e términos. As insurgências das brechas dão abertura para a passagem de outras, infinitamente, tal como um rizoma que, como diriam Deleuze e Guattari (2011),

(...) não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 48).

Nesse intermédio, surgiram cenas a partir de trajetórias diversas que foram pensadas desde um viés interseccional, considerando os modos e processos de subjetivação e localizações que os marcadores sociais da diferença - sobretudo os de gênero e sexualidade - produzem nos sujeitos, aqui, em especial, nas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) do RS. Um dos prismas para refletir sobre esses corpos foram as discussões – atravessadas por um viés feminista - sobre gênero e sexualidade quando em desencontro com a cisheteronorma. Isso não significa, no entanto, que se esteja falando de pessoas não-cisgêneras, nem de pessoas não-heterossexuais, mas daquelas que conservam uma relação intranquila, desassossegada com essa matriz de inteligibilidade que situa os corpos como mais ou menos humanos/possíveis, mais ou menos violáveis, mais ou menos precários. Nesse sentido, são performados corpos desviantes, que recusam os enquadres e que sofrem as consequências dessa desobediência.

Num primeiro momento desta dissertação, apresentei uma breve revisão histórica da socioeducação, acompanhada dos resultados de revisão bibliográfica sobre gênero e sexualidade no contexto socioeducativo. Isso contribuiu para situar as medidas socioeducativas histórica e socialmente, e para determinados princípios que persistem ao longo do tempo e insistem nas práticas que observamos, como as dimensões disciplinares e de regulação do gênero e da sexualidade. Em seguida, contei sobre minha inserção no campo, desde os primeiros passos até a criação das personagens a partir das histórias das meninas que protagonizaram esta pesquisa.

A metodologia da confecção narrativa desenvolvida neste estudo, apoiada na produção ficcional, surge, nesse momento, em resposta a um dilema ético a respeito do trabalho com trajetórias de vida de pessoas em privação de liberdade, especialmente no que se refere à preservação da identidade - sobretudo em relação à instituição. A construção de narrativas ficcionais apontou, assim, para uma saída possível. Se, por um lado, tal recurso possa provocar um apagamento no protagonismo de cada história, por outro permite uma abertura ética pelas (re)invenções das histórias dessas adolescentes e de tantas outras.

O segundo capítulo se dedicou a narrar as trajetórias das adolescentes, analisando como uma multiplicidade de acontecimentos atravessam e movimentam essas trajetórias, bem como o modo como tais acontecimentos emergem e se engajam uns aos outros. A partir da percepção da insuficiência da noção do conceito de acontecimento enquanto ruptura (CARRETEIRO, 2003; DELEUZE, 1974), para pensar as trajetórias das adolescentes, dediquei-me a perseguir os acontecimentos enquanto múltiplos, produtos e produtores de ramificações que desarranjam e rearranjam as condições de possibilidades que sustentam a vida dessas meninas. Além disso, a pesquisa se esforçou para elucidar que as condições sociais, desde as políticas estatais (ou a falta delas) até as normas sobre corpo e os marcadores sociais, no caso desta pesquisa sobretudo os de gênero, sexualidade, raça e classe, atuam na conformação e/ou acirramento de vidas precárias.

O último capítulo, por fim, trouxe de modo mais detalhado as regras e funcionamento do CASEF, problematizando os modos pelos quais as regulações nele vigentes estão atreladas a uma matriz de inteligibilidade heterossexual (BUTLER, 2007). Nesse sentido, a produção de vulnerabilização perante o Estado é entendida, a partir desta pesquisa, como não dissociada das exigências de gênero, tendo em vista que a precarização dos corpos é maximizada a partir da sua não conformação às regulações da cisheteronorma. Por causa ou consequência disso, a ressocialização a que se propõe a socioeducação *feminina* é pautada dentro de um regime de feminilização. Assim, os dispositivos de segurança pública e aqueles de proteção à infância e à adolescência se entrelaçam com os dispositivos de normatização do gênero e da sexualidade, inscrevendo os corpos de meninas infratoras em um regime protetivo-punitivo perpetuado pelo Estado, mas não restrito a ele em sua aplicação e manutenção.

O que se pretendeu foi, ao mesmo tempo, provocar a imaginação de vidas dificilmente reconhecidas fora da abjeção, que desterritorializam, colocam em xeque as paralisias da norma, falam das condições do povo e criam modos de existência que são outros. Tratamos da precariedade de corpos que perturbam a ordem compulsória da matriz cisheteronormativa ou, mais especificamente, que desafiam alguns supostos que confeririam a ela contornos mais seguros, e que, por isso, lutam, cotidianamente, contra os deslocamentos que atualizam, de modo violento, suas posições e condições de possibilidades de estar no mundo. A hipótese que percorremos a partir desta pesquisa é de que o feminino aprisionado, observado no cotidiano do CASEF, nas entrevistas realizadas e nas oficinas, conforma um exterior constitutivo (BUTLER, 1999) da norma que conforma a “boa mulher” e a “boa menina”. Acompanhamos o desenhar das margens tanto no que diz respeito ao “ser mulher”, já que falamos de corpos femininos que se distanciam da obediência e submissão, quanto à matriz de gênero e sexualidade, tendo em vista as transgressões à ordem compulsória de coesão entre sexo, gênero, desejo e prática, bem como no que se refere à juventude, que se apresenta como múltipla e desordena o caráter universal e seccionado que lhe é, reiteradamente, conferido.

Por não se tratar de algo que se pretenda findar, ainda emergem questões e ideias para próximos passos, já que não puderam ser desenvolvidas amplamente na presente pesquisa. Uma delas é acerca da produção de relação de confiança das adolescentes com a instituição e o modo com que é incorporado nas suas falas o discurso do arrependimento, da penitência e da reabilitação. Outro tópico pertinente diz respeito às condutas das meninas egressas em articulação com o modo com que a instituição as “preparou” para a saída, e quais os efeitos desse “preparo” nas posições sociais e no tato com o mundo.

Neste trabalho, espero não ter sobreposto conceitos e teorias às vidas que me foram apresentadas - muitas vezes disformes, sujas, violentadas, humilhadas, defamiliarizadas, corrompidas, abjetas. Vidas que lutam pelo direito de existir. Este escrito se volta àquelas que se inventam nas formas e nos modos não-normativos, que deturpam a normalidade e afrontam as estruturas capitalistas asseguradas pelo machismo, pela LGBTQ+fobia, pelo racismo, e por tudo que dispara a desigualdade social e a manutenção do privilégio de existir – ou de existir em condições não precárias – apenas a alguns corpos.

Este é um trabalho também dedicado aos processos inventivos de resistência. Que possa ser dispositivo para que desconfiemos, continuamente, das identidades que nos são postas, do reconhecimento de gênero e da sexualidade que a cisheteronormatividade nos sugere, dos lugares nos quais aprendemos a nos encaixotar, enfim, das imposições e governamentos que nossos corpos sofrem repetidamente.

Nesse sentido, criar modos de subversão da norma é pulverizar o que é hegemonicamente estabelecido sobre os corpos e hibridizá-los. Portanto, se combatemos o que engessa os processos de diferenciação transformando os lugares e corpos improváveis em espaços de luta e contestação, ao mesmo tempo de gozo e tesão, então (r)existimos.

Referências Bibliográficas

BARCINSKI, Mariana. **Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina**. Contextos Clínicos, 5, 1, pp. 52-61, 2012.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 155-170, 2007.

BEAUVOIR, Simone De. **The Second Sex**. New York: Bantam, 1949.

BIRMAN, Joel. **A lei e a norma: as leituras de Deleuze e Foucault**. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 1º quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – nº 1 – p. 01-13.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. cadernos pagu, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **PEC 171/93**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, n. 179, p. 23062, 27 out. 1993.

_____. Governo de Brasília. Secretaria de Estado Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. **Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal**. Brasília, 2018.

_____. CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dos espaços aos direitos: A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões**. Brasília, 2015.

BUSIN, Valéria Melki. **Religião, sexualidades e gênero**. Revista de Estudos da Religião (REVER), v. 11, n. 1, p. 105-124, 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Editora Record, 2003.

_____. **El Género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad.** Tradução de Maria Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós Ibérica, 2007.

_____. **Vida precária.** Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 1, n. 1, p. 13, 2012.

_____. **Regulações de Gênero.** cadernos pagu, v. 42. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, p. 249-274, 2014.

_____. **Quadros de guerra.** Quando uma vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** SP, Unesp, 2000.

CARLEN, Pat; ANNE, Worrall. **Analysing womens Imprisonment at the Millenium.** 2004.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. **Acontecimento: categoria biográfica individual, familiar, social e histórica.** Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, p. 267-85, 2003.

CHIES, Luiz Antônio Bogo; VARELA, Adriana Batista. **A ambiguidade do trabalho prisional num contexto de encarceramento feminino.** Ser Social, v. 11, n. 24, p. 10-33, 2009.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. **Subvertendo o conceito de adolescência.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>. Acesso em: 20/06/2018.

COSTA, Luis Artur. **O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social.** Revista Fractal, Niterói, v. 26, p. 551-576, 2014. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1317/1013>. Acesso dia: 11/08/2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELEUZE, Gilles. (1974). **Lógica do sentido**. (L. R. S. Fortes, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1969)

DE OLIVEIRA, Marcia Silva et al. **Intrometodologia e Etnografia: Ferramentas úteis à investigação e práticas médicas**. In: XV Safety, Health and Environment World Congress. Porto, PORTUGAL, p. 349-353, 2015.

DUARTE, Joana das Flores. **Para além dos muros: as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade**. Dissertação de mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do RS, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6534>. Acesso em: 12/02/2018.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “casa de bonecas”: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS**. Porto Alegre, UFRGS. Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14686/000666822.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30/01/2018.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Preface à la transgression**. In: Foucault, Michel. Dits et écrits. Volume I. Paris, Gallimard, 1994.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1999.

_____. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Vigiar e Punir**. Leya, 2014.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. 4ª edição

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOBO, Edileuza Santana. **Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o "rebanho do senhor" nas prisões**. Debates do NER, v. 2, n. 8, 2005.

MACHADO, Isadora V.; VERONESE, Josiane Rose Petry. **"Meninas invisíveis": Uma discussão sobre diversidade de gênero e proteção integral no sistema sócio-educativo brasileiro**. In: Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9, 2010.

MATTAR, Laura Davis. **Exercício da sexualidade por adolescentes em ambientes de privação de liberdade**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 61-95, 2013.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al. **A medida socioeducativa de internação sob uma lente foucaultiana**. Rev. polis psique, v. 4, n. 1, p. 73-89, 2014.

MORGAN, Carla; FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **"Invisibilidade Perversa?": o atendimento socioeducativo privativo de liberdade feminino**. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, v. 7, n. 3, p. 108-120, 2016.

NEVES, Sofia. **Investigação feminista qualitativa e histórias de vida: a libertação das vozes pelas narrativas biográficas**. In Magalhães, Maria José (ed.), Lima Cruz, Angélica (ed.), Nunes, Rosa (ed.) Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através d histórias de vida Lisboa: Ela por Ela, 2012.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e cultura, v. 11, n. 2, 2008.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Revista Estudos Feministas [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.155-167.

RANIERE, Édio. **A invenção das medidas socioeducativas**. Porto Alegre, UFRGS. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/87585>, 2014.

RAFTER, Nicole. **Developments of the women's prison system**. In Partial justice: Women, Prisons and Social Control, New Brunswick, Transactions Publishers, p. xi-83, 2004.

RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III), pp. 15 – 21, 2014. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>> Acesso em: 15/07/2018.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES DE SOUZA, Mauricio. **Uma questão de método: origens, limites e possibilidades da etnografia para a psicologia social**. Psicologia USP, v. 25, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v25n3/0103-6564-pusp-25-03-0307.pdf>. Acesso em: 18/09/2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 1ª ed., 2ª reimp., 2015.

SALMASSO, Rita de Cássia. **Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília - SP**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/97>. Acesso em: 21/04/2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Editora da UFRGS, 2011.

SARAIVA, João Batista Costa. **Medidas socioeducativas e o adolescente autor de ato infracional**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, v. 9, 2009.

SATO, Leny; DE SOUZA, Marilene Proença Rebello. **Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia**. Psicologia Usp, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SILVA, MOL da et al. **Etnografia e pesquisa qualitativa: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação**. VI encontro de pesquisa em educação-PPGED/UFPI, 2010.

SILVA, Vera. **Controla e Punição: as Prisões para Mulheres**. Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 28, p. 59-72, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14/09/2018.

SPOSATO, Karyna Batista. **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. Brasília: ILANUD, UNICEF, 2004.

ANEXO 1

Lista de Siglas e Gírias

ASE – Agente Socioeducador/a

A.V. – Advertência Verbal

Berçário – Ala onde ficam as mães e gestantes

CAD – Comissão de Avaliação Disciplinar

CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo

CASEF – Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo

G.O. – Grupo Operativo

ICPAE – Internação com possibilidade de atividade externa

IP – Internação Provisória (também chamado de G1)

ISPAE – Internação sem possibilidade de atividade externa (também chamado de G2)

Nike – Rapaz que se veste com roupas de marcas e se sobressai aos olhos das adolescentes heterossexuais.

SEMI – Semi-liberdade

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

VD – Visita Domiciliar

Xadrez – Cella onde as adolescentes aguardam sua audiência no Fórum

ANEXO 2

Apresentação das personagens

1) Bibiana, do interior, 18 anos, branca, mãe aos 15, pobre, heterossexual. Um irmão mais novo e uma irmã caçula. Nunca conheceu o pai. Na infância, pulou de casa em casa. Hora morou com a tia, hora com a avó, hora com a mãe. Apanhava muito do marido da avó sob os olhos da mãe que nada fazia. Era repetidamente cobrada pela mãe para que colocasse dinheiro em casa. Não existia lugar de silêncio e respiro. Teve que interromper os estudos durante um período porque não tinha dinheiro para a passagem e precisava conciliar o tempo entre os cuidados com a filha e o trabalho. Agora, no CASEF, sente-se aliviada por conseguir estudar.

2) Suélen, do interior, 17 anos, negra, pobre, lésbica. A única menina entre os cinco filhos e a mais nova. O pai era alcoolista e faleceu em uma de suas internações, quando Suélen tinha 5 meses. A mãe gastava o dinheiro da pensão indo a bailes enquanto as crianças ficavam em casa, sem luz nem água. Descobriu que sentia atração por mulheres aos 6 anos. Tinha nojo de si. Sentiu o preconceito mais escancarado aos 12, quando contou para a mãe. Seguidamente na rua ouvia que nunca ia ser ninguém na vida, ou pela reputação da mãe, ou por ser negra, ou por ser lésbica. Não tinham caminhos fáceis. Aos 14, tentou se matar. Teve duas passagens por uma instituição psiquiátrica. A aceitação da sua sexualidade pela mãe veio após esse episódio. Pouco tempo depois, uma namorada foi morar com a sua família porque a mãe dela não a aceitava. Foi um relacionamento circunscrito numa lógica da violência. O término veio depois de muitas marcas na casa que as duas, mais tarde, dividiram e no corpo. Dentro do CASEF, o fato de dividir o espaço apenas com outras meninas é a “mesma coisa que fosse homem” para Suélen, porque sabe das consequências que enfrentaria se encarasse de outra maneira.

3) Maiara, da fronteira, 18 anos, branca, heterossexual. A mãe faleceu quando tinha dois anos de idade. Cresceu com a polícia na porta atrás do irmão que traficava. Aos 9, Maiara já ajudava o irmão transportando drogas de uma cidade

para outra de ônibus, e ganhava caixas de bombom em troca. O pai era camelô. Com 45 anos, ele começou a namorar uma menina de 13 que até hoje é madrasta de Maiara. A relação com ele sempre foi violenta. Além dos espancamentos que sofria, a menina o ouvia ridicularizar seu corpo gordo diariamente. Teve passagem por abrigo porque o pai ameaçou matá-la. Agora cumpre sua segunda internação no CASEF.

4) Betina, da capital, 17 anos, branca, pobre, heterossexual. Aos 5 anos, viu sua mãe ser assassinada pela amante do pai que, no mesmo momento, foi morta pelo tio de Betina. Depois disso, morou com a avó até os 10 anos. No retorno à casa do pai, sentiu toda responsabilidade sobre si, já que era a menina mais velha. Fazia parte da rotina dela e das irmãs serem surradas pelo pai. Com 12 anos, Betina conheceu Eduardo, seu primeiro namorado e por onde se inseriu, efetivamente, no “mundo do crime”. A adolescente fugiu de sua primeira internação no CASEF. Na sua volta, descobriu que o atual namorado tinha sido assassinado, assim como todos os outros que tinha se envolvido até então.

5) Kaille, da capital, 17 anos, parda, bissexual. Um ano após seu nascimento, seu pai foi assassinado porque era envolvido com tráfico. Quando completou dois anos, sua mãe teve que fugir já que estava sendo perseguida porque sabia muito sobre o negócio do pai. Kaille foi morar com seus avós e seus tios. Ia para a escola no turno da tarde, turno oposto ao de seus tios/irmãos, e, durante a manhã, ficava com seu avô, que trabalhava como azulejista durante o período da tarde. A avó trabalhava como diarista. Aos doze anos começou a questionar a falta da mãe, que conheceu outro homem em São Paulo e nunca mais voltou, e a se rebelar tanto na escola quanto em casa. Mais tarde conheceu Guilherme, um garoto de 18 anos que era responsável - junto com o irmão - por uma boca de tráfico, e com quem passou a morar depois de uns meses de relacionamento.

ANEXO 3

Música – KAILLE

Mesmo antes de nascer sua vida era complicada
Nasceu antes da hora sua mãe muito abalada
Um ano de vida já tava embaçado
Seu pai envolvido foi assassinado
Não foi molezinha e parou por aí
Sua mãe que sabia de muito teve que fugir
A dor do abandono iria gritar
Sua mãe que sumiu: aonde foi parar?

Dona maria, sua avó, que a criou com muito carinho
Não teve sucesso quando Kaille foi pro mau caminho
Procurou refúgio no lugar errado
O namoro com Guilherme já tava marcado
Foi vários corres que tavam acontecendo
Sua avó que avisou já estava prevendo
Uma amizade sem confiança
Pesando a lealdade na balança

Um dia no baile ela flagrou
Sua amiga Marcela o Guilherme beijou
A confusão tava armada

Será que partia pra cima ou ficava calada?
Foi em direção a ela sem hesitar
Tava decidida que aquela menina iria matar
Aconteceu tudo tão rápido
“Meu deus o que eu fui fazer? Impedi aquela menina de sonhar e de crescer

Fugi arrependida sem olhar para trás
O que aconteceu? Vou perder toda minha paz

Parti para a família sem saber aonde ir
Correr, parar, olhar, eu preciso fugir
Não deu uma semana ele foi a minha procura
se ele é minha doença eu preciso de uma cura

Voltei, voltei, voltei porque amava
Fiquei, fiquei com a mente amargurada

Acho que não ia dar nada e aí aconteceu
Fiquei de toca e a polícia me prendeu”
O medo, a dor a tomou por dentro
A sua prisão foi a porta do sofrimento
No começo não foi fácil, mas ela superou
depois de alguns meses tudo na vida dela mudou.